MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Ao Serviço de Licitações e Compras do Município de Dores do Turvo/MG.

Considerando as demandas das Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG:

Venho respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar autorização para proceder à Abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando o Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

A descrição dos itens e quantidades a serem adquiridos segue na requisição anexa.

Termos em que, pede deferimento.

Dores do Turvo, 20 de julho de 2026.

Lucas Ferreira Teixeira
SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE DORES DO TURVO, MG.

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

Dores do Turvo MG 20 de julho de 2026

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

30 de setembro de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto o fornecimento e a aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa, visando atender às demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A contratação é necessária para garantir a manutenção, recuperação e melhoria das estradas vicinais, as quais desempenham papel fundamental na mobilidade da população rural, no transporte escolar, no acesso aos serviços de saúde e no escoamento da produção agropecuária, importante atividade econômica do município.

A utilização de concreto usinado com resistência característica de 30 MPa permitirá a execução de obras com maior durabilidade e desempenho, especialmente na construção e recuperação de cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, alas de contenção, caixas de captação, canaletas, dissipadores de energia, passagens molhadas e demais estruturas sujeitas à ação constante das águas pluviais e ao tráfego de veículos pesados.

A contratação do fornecimento do material aliado à sua aplicação proporciona maior agilidade na execução dos serviços, garante o controle tecnológico da resistência do concreto, reduz desperdícios de materiais, otimiza o emprego de mão de obra e assegura maior qualidade e vida útil às intervenções realizadas.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para manter a trafegabilidade das estradas vicinais em condições adequadas de segurança, assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, minimizar os impactos causados pelas chuvas e preservar a infraestrutura viária do Município de Dores do Turvo/MG, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	Concreto Usinado FCK = 30 MPA	M^3	500,00

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

Data: 20 de julho de 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa é necessária para atender às demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, garantindo a execução de obras de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura viária rural.

As estradas vicinais constituem importante meio de acesso às comunidades rurais, propriedades agrícolas, escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos, além de serem essenciais para o escoamento da produção agropecuária, principal atividade econômica do município. Em razão das condições climáticas, do intenso tráfego de veículos e do desgaste natural das estruturas, torna-se necessária a realização contínua de intervenções para assegurar a trafegabilidade e a segurança dos usuários.

O concreto usinado FCK 30 MPa será empregado na execução e recuperação de cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, alas de contenção, canaletas, caixas de captação, passagens molhadas, dissipadores de energia e demais estruturas de concreto existentes nas estradas vicinais. A resistência especificada proporciona maior durabilidade, segurança estrutural e menor necessidade de manutenção, contribuindo para a economicidade dos recursos públicos.

A contratação contemplando o fornecimento do material e sua aplicação permitirá maior eficiência na execução dos serviços, assegurando qualidade, uniformidade e atendimento às normas técnicas vigentes, reduzindo desperdícios, otimizando o cronograma das obras e garantindo maior vida útil às intervenções realizadas.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para manter as condições adequadas de circulação nas estradas vicinais, promover a segurança dos usuários, assegurar a continuidade dos serviços públicos e fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Município de Dores do Turvo/MG.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA DE TRANSPORTE

4 NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio consiste em garantir a continuidade das ações de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura das estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, por meio da contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa.

A contratação visa assegurar a execução de obras e serviços indispensáveis à conservação da malha viária rural, proporcionando melhores condições de trafegabilidade durante todo o ano, especialmente em períodos de chuvas, quando há maior incidência de danos em pontes, pontilhões, bueiros, passagens molhadas, canaletas e demais estruturas de drenagem.

A solução atende à necessidade da Administração Municipal de manter o acesso seguro às comunidades rurais, garantir o transporte escolar, facilitar o atendimento dos serviços de saúde, promover o escoamento da produção agropecuária e preservar a infraestrutura pública, reduzindo custos futuros com intervenções corretivas decorrentes da deterioração das vias.

Além disso, a contratação do fornecimento e da aplicação do concreto usinado assegura maior qualidade técnica, resistência estrutural, rapidez na execução dos serviços, otimização dos recursos públicos e conformidade com as normas técnicas vigentes, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal responsável pelas estradas vicinais e para a melhoria da prestação dos serviços públicos à população.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	Concreto Usinado FCK = 30 MPA	M^3	500,00

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa, por ser a alternativa que melhor atende às necessidades do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, conciliando qualidade técnica, eficiência operacional, segurança e economicidade.

Sob o aspecto técnico, o concreto usinado FCK 30 MPa apresenta resistência mecânica adequada para a execução de obras em estruturas sujeitas a elevadas cargas e à ação constante das intempéries, como cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, canaletas,

alas de contenção, caixas de captação, passagens molhadas e demais dispositivos de drenagem. O fornecimento por empresa especializada assegura controle tecnológico da dosagem, uniformidade da mistura, cumprimento das normas técnicas aplicáveis e maior durabilidade das estruturas executadas.

A contratação contemplando o fornecimento do concreto e sua aplicação garante maior produtividade, reduz o tempo de execução das obras, minimiza desperdícios de materiais, evita falhas decorrentes da produção manual do concreto e proporciona melhor acabamento e desempenho estrutural, resultando em maior vida útil das intervenções.

Sob o aspecto econômico, a solução mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, pois elimina a necessidade de aquisição de equipamentos específicos para produção e lançamento do concreto, reduz custos com manutenção de maquinários, armazenamento de insumos, perdas de materiais e mobilização de equipes próprias. Além disso, a maior durabilidade das estruturas reduz a frequência de manutenções corretivas, proporcionando economia de recursos públicos ao longo do tempo.

A contratação por demanda permite que os serviços sejam executados conforme a necessidade da Administração, evitando estoques desnecessários de materiais, garantindo maior flexibilidade na execução das obras e promovendo a adequada gestão dos recursos orçamentários.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo a alternativa mais adequada para assegurar a conservação e a melhoria da infraestrutura das estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

6. RESPONSÁVEIS

SECRETÁRIA DE TRANSPORTE
LUCAS FERREIRA TEIXEIRA

7. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 20 de julho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO

USINADO FCK=30 MPA

Pesquisa iniciada no dia 06/05/2026 08:48
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Lote 1 - Lote 1

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA	6	R$ 928,16	500,00 / M³	R$ 464.080,00

1 COTAÇÃO DIRETA
Órgão/Empresa/Site: CONCRETOS SAO JORGE LTDA

Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
COTAÇÃO DIRETA	20515588000304	20.515.588/0002-04	21/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
500,00	R$ 910,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 910,00

2 COTAÇÃO DIRETA
Órgão/Empresa/Site: BETONITA CONCRETO USINADO LTDA

Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
COTAÇÃO DIRETA	26718047000189	26.718.047/0001-89	21/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
500,00	R$ 1.218,30	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 1.218,30

3 COTAÇÃO DIRETA
Órgão/Empresa/Site: CONCRELAGOS CONCRETO S/A

Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Data
COTAÇÃO DIRETA	07015016005771	07.015.016/0057-71	21/07/2026

Quant.	Preço	Ajuste de frete	Valor do frete	Preço ajustado
500,00	R$ 930,00	Não se aplica	R$ 0,00	R$ 930,00

4 ERITAMOL - BRITA, CONCRETO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA

Razão Social do Fornecedor	CNPJ
ERITAMOL - BRITA, CONCRETO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.	17.192.048/0005-75

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
BLL	...00000000032026990502026993993	500,00	04/05/2026	R$ 730,00

5 WH CONSTRUTORA LTDA
Órgão/Empresa/Site: PM DE RESTINGA SECA

Razão Social do Fornecedor	CNPJ
WH CONSTRUTORA LTDA	21.309.616/0001-07

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...ais/95403954000192/2026/000006	6,71	04/05/2026	R$ 847,63

6 VARGAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Órgão/Empresa/Site: PM DE RESTINGA SECA

Razão Social do Fornecedor	CNPJ
VARGAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	07.135.924/0001-21

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
TCE/RS	35G0036PCE9191	25,00	14/10/2025	R$ 931,00

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 928,16

Valor Total da Cotação: R$ 464.080,00

DETALHAMENTO DOS ITENS

Lote 1 - Lote 1

Item 1: FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA...

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Pesquisa iniciada no dia 06/05/2026 08:48
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.349/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Quantidade: 500.0000 M3
Descrição:
[Portal de Compras Públicas] - FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL E CONVENCIONAL PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS
Justificativas: -

Preço (COTAÇÃO DIRETA)[1] **R$ 910,00**

Órgão
CONCRETOS SAO JORGE LTDA
Objeto
FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA
Descrição
[Portal de Compras Públicas] - FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL E CONVENCIONAL PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Dados

Data: 21/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-11 **Lote/Item:** 11
Identificação: 20515588000204
Quantidade: 500.00 **Unidade:** M3 **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: CONCRETOS SAO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0002-04 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (COTAÇÃO DIRETA)[2] **R$ 1.218,30**

Órgão
BETONITA CONCRETO USINADO LTDA
Objeto
FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA
Descrição
[Portal de Compras Públicas] - FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL E CONVENCIONAL PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Dados

Data: 21/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-12 **Lote/Item:** 12
Identificação: 26718047000189
Quantidade: 500.00 **Unidade:** M3 **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: BETONITA CONCRETO USINADO LTDA
CNPJ: 26.718.047/0001-89 **Porte:** DEMAIS
UF: MG

Preço (COTAÇÃO DIRETA)[3] **R$ 930,00**

Órgão
CONCRELAGOS CONCRETO S/A

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Pesquisa iniciada no dia 06/05/2026 08:48
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Objeto
FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Descrição
[Portal de Compras Públicas] - FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL E CONVENCIONAL PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Dados

Data: 21/07/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Cotação Direta **SRP:** NÃO
Fonte: COTAÇÃO DIRETA **Código do item:** CD-13 **Lote/Item:** 13
Identificação: 07015016005771
Quantidade: 500,00 **Unidade:** M3 **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Marca: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.
Registro ANVISA: COTAÇÃO DIRETA Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: CONCRELAGOS CONCRETO S/A
CNPJ: 07.015.016/0057-71 **Porte:** DEMAIS
UF: MG

Preço (BLL)[4] **R$ 730,00**

Órgão
MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA

Objeto
REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual contratação de empresa especializada nofornecimento de concreto usinado para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Descrição
CONCRETO USINADO FCK 30,00 MPA - BOMBEADOCONCRETO USINADO FCK 30,00 MPA - BOMBEADO / CONCRETO USINADO FCK 30,00 MPA - BOMBEADOCONCRETO USINADO FCK 30,00 MPA - BOMBEADO

Dados

Data de homologação: 09/03/2026 - 12:21:23 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: BLL **Código do item:** - **Lote/Item:** 3
Identificação: 00000000000320269900920265993993
Quantidade: 500,00 **Unidade:** METRO CUBICO **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: BLL Não disponibiliza essa informação.
Marca: PRÓPRIA **Modelo:** PRÓPRIO
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: BRITAMIL - BRITA, CONCRETO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 17.192.048/0005-75 **Porte:** DEMAIS
UF: MG

Propostas

#	Licitante	CNPJ	Inicial (R$)	Final (R$)
1	**BRITAMIL - BRITA, CONCRETO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**	**17192048000575**	**730,00**	**730,00**
2	RIBEIRO CONSTRUCOES E EVENTOS LTDA		1.058,89	1.058,89

Preço (PNCP)[5] **R$ 847,63**

Órgão
MUNICIPIO DE LRUPI

Objeto
Contratação de empresa especializada na execução de obra de Construção do Centro de Convivência de Santa Cruz, no município de Irupi-ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Pesquisa iniciada no dia 06/05/2026 08:48
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Abeul Coelho
Matrícula: -

Descrição

Contratação de empresa especializada na execução de obra de Construção do Centro de Convivência de Santa Cruz, no município de Irupi-ES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. / FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Dados

Data de homologação: 09/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 30
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/36403954000192/2025/000005
Quantidade: 6,71 **Unidade:** metro cúbico **UF:** ES
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: WH CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 23.305.610/0001-07 **Porte:** ME
UF: ES

Preço (TCE/RS][6] **R$ 933,00**

Órgão
PM DE RESTINGA SECA

UASG
55500

Objeto
CONCRETO USINADO FCK30, COM BOMBEAMENTO - COTA RESERVADA

Descrição
CONCRETO USINADO FCK30, COM BOMBEAMENTO - COTA RESERVADA / CONCRETO USINADO FCK30, COM BOMBEAMENTO - COTA RESERVADA

Dados

Data de homologação: 14/10/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** PCE **SRP:** SIM
Fonte: TCE/RS **Código do item:** - **Lote/Item:** 91
Identificação: 55500365PCE9191
Quantidade: 25,00 **Unidade:** M3 **UF:** RS
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: TCE/RS Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: VARGAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 07.135.974/0001-21 **Porte:** DEMAIS
UF: RS

Propostas

#	Licitante	CNPJ	Inicial (R$)	Final (R$)
1	Vargas Materiais de Construcao Ltda	07135974000121	23.325,00	23.325,00

Observações Gerais da Cotação

CONSIDERANDO LANÇAMENTO MANUAL PARA INFRAESTRUTURA (5% DE PERDA JÁ INCLUIDAS NO CUSTO)

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de

Fls 13

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.138.248/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Pesquisa iniciada no dia 06/05/2026 08:48
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

BETONITA CONCRETO USINADO LTDA
- **CNPJ:** 26.718.047/0001-89
- **EMAIL:** betonitacontabilidade@gmail.com
- **TELEFONE:** (31) 8955-0496 / (31) 8944-4144
- **ENDEREÇO:** ROD MG 030 - S/N, KM 1.2, LOBO LEITE, CONGONHAS/MG - 36419-000

BRITAMIL - BRITA, CONCRETO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.
- **CNPJ:** 17.192.048/0005-75
- **EMAIL:** contabilidade@pevidez.com.br
- **TELEFONE:** (35) 3571-1797
- **ENDEREÇO:** Não Informado

CONCRELAGOS CONCRETO S/A
- **CNPJ:** 07.015.016/0057-71
- **EMAIL:** andre@addcon.com.br
- **TELEFONE:** (22) 3824-1071
- **ENDEREÇO:** RODOVIA UBA-GUIDOVAL - 5295, EIXO RODOVIARIO, UBA/MG - 36500-972

CONCRETOS SAO JORGE LTDA
- **CNPJ:** 20.515.588/0002-04
- **EMAIL:** escritoriocontabilvidigal@yahoo.com.br
- **TELEFONE:** (32) 8426-1367
- **ENDEREÇO:** RODOVIA SENADOR FIRMINO A DORES DO TURVO - CORREGO DOS LIMA - SN, KM 2, ZONA RURAL, SENADOR FIRMINO/MG - 36540-000

VARGAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
- **CNPJ:** 07.135.974/0001-21
- **EMAIL:** vargasmateriais@terra.com.br
- **TELEFONE:** (55) 3261-4714
- **ENDEREÇO:** Não Informado

WH CONSTRUTORA LTDA
- **CNPJ:** 23.305.610/0001-07
- **EMAIL:** whconstrutora@gmail.com
- **TELEFONE:** (28) 9945-8475 / (28) 3543-0575
- **ENDEREÇO:** Não Informado

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES FARIA, Nº 55
DORES DO TURVO - MG - CEP:36-513.000
CNPJ: 18.128.249/0001-42

CONTAÇÃO DE PREÇO POR FORNCEDOR
ANEXO IV - DE COTAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DO FORNECEDOR:

DATA DA COTAÇÃO: 22/07/2026

RAZÃO SOCIAL: CONCRETOS SÃO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0002-04 **INSCRIÇÃO ESTADUAL: 0029926700160**
ENDEREÇO: ROD SENADOR FIRMINOA DORES DO TURVO-C
Nº S/N **BAIRRO: ZONA RURA**
CIDADE: SENADOR FIRMINO **UF: MG** **CEP:36540-000**
TEL: 32 98452-6569 **FAX:**
EMAIL: concretosatendimento@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento e aplicação de concreto USINADO FCK=30 MPa - considerando lançamento MANUAL para INFRAESTRUTURA (5% de perdas já incluído no custo)	**500M³**	**R$ 910,00**	**R$ 455.000,00**
TOTAL				**R$ 455.000,00**

Waldo José Severino de Souza

ASSINATURA DO FORNECEDOR

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES FARIA, Nº 55
DORES DO TURVO - MG - CEP:36-513.000
CNPJ: 18.128.249/0001-42

16

CONTAÇÃO DE PREÇO POR FORNCEDOR
ANEXO IV - DE COTAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DO FORNECEDOR:

DATA DA COTAÇÃO: 24/07/2026

RAZÃO SOCIAL: Betonita Concreto Usinado Ltda
CNPJ: 26.718.047/0001-89 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**
ENDEREÇO: Rod.Mg 30-km 1,2 **Nº S/N** **BAIRRO: Lobo Leite**
CIDADE: Congonhas **UF: MG** **CEP:36.415-000**
TEL: (31)98394-7397 **FAX:**
EMAIL:vendasbetonita@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento e aplicação de concreto USINADO FCK=30 MPa - considerando lançamento MANUAL para INFRAESTRUTURA (5% de perdas já incluído no custo)	**500M³**	**R$ 1.218,30**	**R$ 609.150,00**
TOTAL		**R$ 609.150,00**		

ASSINATURA DO FORNECEDOR

26.718.047/0001-89
Betonita Concreto Usinado LTDA
Rod. MG 030, SN - KM 1,2
Bairro Lobo Leite
Congonhas - MG

Fls. 19

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES FARIA, Nº 55
DORES DO TURVO - MG - CEP: 36.751-000
CNPJ: 18.128.249/0001-42

COTAÇÃO DE PREÇO POR FORNECEDOR
ANEXO IV - DE COTAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DO FORNECEDOR:

DATA DA COTAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL: CONCRELAGOS CONCRETO S/A
CNPJ: 07.015.016/0057-71 INSCRIÇÃO ESTADUAL: Nº 5295 BAIRRO: CENTRO
ENDEREÇO: R. CORREGO ABREU
CIDADE: LIMA UF: MG CEP: 36500-972
TEL: 32998623822 FAX:
EMAIL: DELIMAR.DALANAZI@CONCRELAGOS.COM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento e aplicação de concreto USINADO FCK=30 MPa - considerando lançamento MANUAL para INFRAESTRUTURA (5% de perdas já incluído no custo)	500M³	930,00	465.000,00
TOTAL				

Delimar José Dalanazi

ASSINATURA DO FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0110/2026

Data: 22/07/2026 **Validade:** 30/09/2026
Tipo Processo: RP - Registro de Preço
Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO
Justificativa: FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Aprovado

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	928,16	464.080,00
					Total ===>	464.080,00

Fornecedores

CONCRETOS SAO JORGE LTDA - CNPJ: 20.515.588/0002-04

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	910,00	455.000,00
					Total ===>	455.000,00

BETONITA CONCRETO USINADO LTDA - CNPJ: 26.718.047/0001-89

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	1.218,30	609.150,00
					Total ===>	609.150,00

CONCRELAGOS CONCRETO LTDA - CNPJ: 07.015.016/0001-17

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	930,00	465.000,00
					Total ===>	465.000,00

BRITAMIL - BRITA, CONCRETO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. - CNPJ: 17.192.048/0005-75

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	730,00	365.000,00
					Total ===>	365.000,00

Menor Preço | Não Cotado

WH CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 23.305.810/0001-07

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	847,63	423.815,00
					Total ===>	423.815,00

VARGAS CASA E CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 07.135.974/0001-21

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500	933,00	466.500,00
					Total ===>	466.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.248/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Apuração

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0110/2026

Data: 22/07/2026 **Validade:** 30/09/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justificativa: FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Itens

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Vel. Unitário	Vel. Total
1	134153384	CONCRETO USINADO FCK=30 MPa	M3	500.00	928.16	464,080.00
Fornecedor		CPF/CNPJ		-	-	-
BRITAMIL - BRITA, CONCRETO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.		17.192.048/0005-75		500.00	730.00	365,000.00
WH CONSTRUTORA LTDA		23.306.610/0001-07		500.00	847.63	423,815.00
CONCRETOS SAO JORGE LTDA		20.515.588/0002-04		500.00	910.00	455,000.00
CONCRELAGOS CONCRETO LTDA		07.015.016/0001-17		500.00	930.00	465,000.00
VARGAS CASA E CONSTRUCAO LTDA		07.135.974/0001-21		500.00	933.00	466,500.00
BETONITA CONCRETO USINADO LTDA		26.718.047/0001-89		500.00	1,218.30	609,150.00

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ 18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

MEMORANDO INTERNO.
De: Setor de Licitações.
Para: Serviço Municipal da Fazenda e Contabilidade.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se ao Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK – 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG. no valor estimado de R$ 464.080,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitenta reais), conforme pesquisa de mercado e planilha de cotação às fls. retro, solicito a realização de bloqueio orçamentário, bem como o estudo de impacto orçamentário-financeiro da referida despesa para o exercício de 2026.

Município de Dores do Turvo/MG, 22 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 110, conforme dotação(ões) abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.2.11.01.26.782.3010.1.0004	1.501.000	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS EM ESTRADAS VICINAIS	R$ 464.080,00
		TOTAL	**R$ 464.080,00**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 22/07/2026

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK=30 MPA

Dores do Turvo, 22 de Julho de 2026.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacaodores@turvo.mg.gov.br
CNPJ 18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0002

Gabinete do Prefeito Municipal

DESPACHO:

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório para Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG, condicionando-o à existência de Crédito Orçamentário e Disponibilidade Financeira, bem como, ainda, declaro para todos os efeitos legais, que a despesa objeto da abertura deste Processo Licitatório atende ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Dores do Turvo, 24 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO
CNPJ:18.128.219/0001-42 - tel: 0800 032 5040

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Dores do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: **Samuel Abraão Pires**, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: **Edmar Antônio Venâncio**, portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: **Maria Andréa de Souza**, portador do CPF nº 090.171.696-05 e RG nº MG 15.405.527.

SUPLENTE

Membro Suplente: Mauro Lucio Marques da Cruz, portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 05 de janeiro de 2026

KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA:08600921600 Dados: 2026.01.05 09:40:12 -03'00'

KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

AUTUAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, Nº 55 nesta cidade, autuo os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu, Samuel Abraão Pires, Pregoeiro subscrevi.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2026
REGISTRO DE PREÇO
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

Valor total estimado: R$ 464.080,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitenta reais)

Dotações orçamentárias:

4.4.90.51.00.2.11.01.26.782.00100.1.0004

Ordenador das despesas: Prefeito Municipal.

Trata – se de Município com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513 000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Edital

Processo nº 109/2026 Pregão Eletrônico 040/2026

OBJETO
Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 464.080,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitenta reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 12 de agosto de 2026 as 13:00 **(horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:
Aberto Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

PLATAFORMA ELETRONICA
ammlicita.org.br

Horário funcionamento Prefeitura Municipal.
Segunda a Sexta feira de 07:00 as 11:00 horas e de 12:00 as 16:00 horas.

Caso o certame não acabe no dia agendado, será marcado a continuação do certame pela plataforma eletrônica AMM LICITA/ LICITAR DIGITAL.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 CENTRO DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Processo nº 109/2026 Pregão Eletrônico 040/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo MG sediada na Rua Paulo Fernandes de Faria nº 55, Centro, Dores do Turvo MG, por meio do Pregoeiro Samuel Abraão Pires, Pregoeiro responsável nomeado pela Portaria 002/2026, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

2.2. Não poderão disputar esta licitação:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *Valor Unitário e Valor Total do Item*

4.1.2. *Quantidade cotada.*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. *O licitante [NÃO] poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas,

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavos).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado de disputa "aberto fechado"

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até cinco minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.11.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.11.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.11.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.11.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.11.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.12. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO CONTRATO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contratos, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema .

8.4. Serão formalizadas tantos Contratos quantas forem necessárias para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

8.6. A existência de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico ammlicita.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sitio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma ammlicita.org.br

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov.br e na plataforma ammlicita.org.br.

12.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Apêndice do Anexo _ Modelo Proposta

ANEXO II– Minuta de Ata de Registro de Preços

Dores do Turvo MG, 27 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:06600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:06600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 109/2026
Pregão Eletrônico 040/2026
Menor Preço Global

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

Justificativa: A presente contratação tem por objeto o fornecimento e a aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa, visando atender às demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A contratação é necessária para garantir a manutenção, recuperação e melhoria das estradas vicinais, as quais desempenham papel fundamental na mobilidade da população rural, no transporte escolar, no acesso aos serviços de saúde e no escoamento da produção agropecuária, importante atividade econômica do município.

A utilização de concreto usinado com resistência característica de 30 MPa permitirá a execução de obras com maior durabilidade e desempenho, especialmente na construção e recuperação de cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, alas de contenção, caixas de captação, canaletas, dissipadores de energia, passagens molhadas e demais estruturas sujeitas à ação constante das águas pluviais e ao tráfego de veículos pesados.

A contratação do fornecimento do material aliado à sua aplicação proporciona maior agilidade na execução dos serviços, garante o controle tecnológico da resistência do concreto, reduz desperdícios de materiais, otimiza o emprego de mão de obra e assegura maior qualidade e vida útil às intervenções realizadas.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para manter a trafegabilidade das estradas vicinais em condições adequadas de segurança, assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, minimizar os impactos causados pelas chuvas e preservar a infraestrutura viária do Município de Dores do Turvo/MG, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal.

Objeto e ser licitado:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Medio	Unitário	Val. Total
001	Concreto Usinado FCK = 30 MPA	M³	500.00	928.16		464.080,00

Entrega:
O concreto deverá ser fornecido dosado em central, com resistência característica à compressão mínima de 30 MPA, devendo atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente aquelas relativas ao preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto dosado em central.

O valor ofertado deverá compreender todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo o fornecimento do concreto usinado, transporte até o local indicado pela Administração, bombeamento, disponibilização de bomba, mangotes, operador, encargos, tributos, seguros, fretes,

deslocamentos, equipamentos, mão de obra necessária à descarga/bombeamento e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

O concreto deverá apresentar abatimento/slump compatível com o bombeamento e com a aplicação pretendida, devendo a faixa de aceitabilidade ser previamente indicada pelo setor técnico responsável, conforme a finalidade de uso e as normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá observar o tempo tecnicamente adequado entre o carregamento, transporte, chegada ao local e descarga do concreto, de modo a preservar suas características técnicas, resistência, trabalhabilidade e qualidade, ficando vedada a entrega de concreto que apresente sinais de início de pega, perda excessiva de abatimento, segregação ou qualquer condição que comprometa sua adequada aplicação.

A contratada responderá integralmente por vícios, defeitos, inconformidades técnicas, falhas no fornecimento, transporte ou bombeamento, devendo substituir ou corrigir, às suas expensas, o objeto recusado ou executado em desacordo com as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar as normas ambientais, de segurança, trânsito, transporte, descarte e operação de equipamentos, bem como adotar medidas necessárias à prevenção de danos ao meio ambiente, aos bens públicos, aos servidores municipais e a terceiros durante o fornecimento, transporte e bombeamento do concreto.

Condições de fornecimento, entrega e bombeamento

A contratada deverá apresentar, no momento da entrega, documento de remessa ou equivalente, contendo, sempre que possível, a identificação do traço, volume transportado, horário de carregamento, local de entrega, identificação do veículo e demais informações necessárias à fiscalização.

Quando necessário, a Administração poderá exigir a realização de controle tecnológico, ensaio de abatimento/slump, moldagem de corpos de prova, apresentação de laudos ou outros procedimentos técnicos destinados à verificação da resistência, qualidade e conformidade do concreto fornecido.

O concreto deverá apresentar condições adequadas de trabalhabilidade, homogeneidade e qualidade, sendo vedada a entrega de material com sinais de início de pega, segregação, perda excessiva de abatimento ou qualquer outra condição que possa comprometer sua aplicação ou desempenho.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, que indicará o local, data, horário estimado, quantidade e demais condições necessárias à entrega.

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo se prazo diverso for expressamente indicado pela Administração, considerando a urgência, a natureza da intervenção e a programação dos serviços.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvadas situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

A entrega deverá ser previamente agendada, considerando as condições de acesso ao local.

Caberá à contratada verificar previamente as condições mínimas de acesso do caminhão betoneira, bomba e demais equipamentos ao local de entrega, comunicando formalmente à Administração eventual impossibilidade técnica ou necessidade de adequação antes da execução do fornecimento.

O bombeamento do concreto será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo a disponibilização de bomba, mangotes, operador, equipamentos, mão de obra e demais meios necessários à descarga do concreto no ponto indicado pela Administração.

O prazo de garantia será aquele previsto na legislação aplicável, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades técnicas identificadas no concreto fornecido.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Não será indicado marcas.

Da exigência de amostra: Não sera solicitado amostra.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vicio ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Entrega no prazo;

Verificação dos itens quanto a validade;

Qualidade do item;

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O secretario requisitante pela prestação de serviços é o responsável pelo recebimento e conferencia.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Critérios de medição

A medição será realizada em metros cúbicos efetivamente fornecidos, bombeados e aceitos pela Administração, conforme quantidade constante no documento de remessa, nota fiscal ou outro documento de controle, sem prejuizo da conferência pelo fiscal do contrato.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os quantitativos efetivamente entregues, bombeados e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento.

Não serão medidos ou pagos quantitativos recusados pela fiscalização, entregues em desacordo com as especificações, não autorizados pela Administração ou que não tenham sido efetivamente fornecidos e bombeados no local indicado. Recusa, substituição e correção

Poderá ser recusado, total ou parcialmente, o concreto que não atender às especificações exigidas, que for entregue em desacordo com a Autorização de Fornecimento, que apresentar qualidade inadequada, perda de trabalhabilidade, atraso injustificado que comprometa sua aplicação, ou qualquer outra desconformidade técnica verificada pelo fiscal ou responsável técnico da Administração.

Em caso de recusa total ou parcial do objeto, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Eventuais custos decorrentes de fornecimento inadequado, atraso injustificado, falha no transporte, falha no bombeamento ou necessidade de substituição do concreto recusado serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Condições de Pagamento

O pagamento será realizado apenas em relação aos quantitativos efetivamente fornecidos, bombeados, medidos e aceitos pela Administração, após a regular liquidação da despesa.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

Recebimento

A prestação de serviço /entrega serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuizo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato,

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DA ENTREGA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de realização da Entrega

A Entrega será de forma parcelada

Rodada de lances:

O licitante deverá ter atenção ao digitar os lances. Após o encerramento do certame fase de habilitação, não será mais aceito pedido de desclassificação de itens. Isso justifica – se devido ao fato que após o encerramento do certame com a homologação e formalização do contrato / ata registro de preço, a licitação é importada da plataforma para o sistema de gestão com transmissão ao TCEMG para envio Sicom não sendo possivel fazer alterações.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os socios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- **Regularidade Fiscal**

a) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS,** através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
b) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante**;
c) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF - FGTS),** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

II-**RegularidadeTrabalhista**

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT;**

III-**RegularidadeEconômico/Financeira**
a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

> É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

4.4.90.51.00.2 11.01.26.782.0010.1.0004

Dores do Turvo 27 de julho de 2026.

Lucas Ferreira Teixeira

Secretário de Transportes

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 Processo nº 109/2026

O Município de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55 Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº xxxxxxxx residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa_, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede na_, bairro _____, cidade de_____ neste ato representada pelo Sr. _____,brasileiro,_____, portador RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº** cujo resultado foi homologado na data de _____. resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem.

(Anexar tabela)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita

pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

4.3. Pedidos de reajuste de preço será analisado somente mediante correio ou email do setor de licitações (licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br).

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências prevista dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

4.4.90.51.00.2.11.01.26.782.0010.1.0004

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Critérios de medição

A medição será realizada em metros cúbicos efetivamente fornecidos, bombeados e aceitos pela Administração, conforme quantidade constante no documento de remessa, nota fiscal ou outro documento de controle, sem prejuízo da conferência pelo fiscal do contrato.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os quantitativos efetivamente entregues, bombeados e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento.

Não serão medidos ou pagos quantitativos recusados pela fiscalização, entregues em desacordo com as especificações, não autorizados pela Administração ou que não tenham sido efetivamente fornecidos e bombeados no local indicado. Recusa, substituição e correção

Poderá ser recusado, total ou parcialmente, o concreto que não atender às especificações exigidas, que for entregue em desacordo com a Autorização de Fornecimento, que apresentar qualidade inadequada, perda de trabalhabilidade, atraso injustificado que comprometa sua aplicação, ou qualquer outra desconformidade técnica verificada pelo fiscal ou responsável técnico da Administração.

Em caso de recusa total ou parcial do objeto, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

Eventuais custos decorrentes de fornecimento inadequado, atraso injustificado, falha no transporte, falha no bombeamento ou necessidade de substituição do concreto recusado serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Condições de Pagamento

O pagamento será realizado apenas em relação aos quantitativos efetivamente fornecidos, bombeados, medidos e aceitos pela Administração, após a regular liquidação da despesa.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

ENTREGA

O concreto deverá ser fornecido dosado em central, com resistência característica à compressão mínima de 30 MPA, devendo atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente aquelas relativas ao preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto dosado em central.

O valor ofertado deverá compreender todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo o fornecimento do concreto usinado, transporte até o local indicado pela Administração, bombeamento, disponibilização de bomba, mangotes, operador, encargos, tributos, seguros, fretes, deslocamentos, equipamentos, mão de obra necessária à descarga/bombeamento e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

O concreto deverá apresentar abatimento/slump compatível com o bombeamento e com a aplicação pretendida, devendo a faixa de aceitabilidade ser previamente indicada pelo setor técnico responsável, conforme a finalidade de uso e as normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá observar o tempo tecnicamente adequado entre o carregamento, transporte, chegada ao local e descarga do concreto, de modo a preservar suas características técnicas, resistência, trabalhabilidade e qualidade, ficando vedada a entrega de concreto que apresente sinais de início de pega, perda excessiva de abatimento, segregação ou qualquer condição que comprometa sua adequada aplicação.

A contratada responderá integralmente por vícios, defeitos, inconformidades técnicas, falhas no fornecimento, transporte ou bombeamento, devendo substituir ou corrigir, às suas expensas, o objeto recusado ou executado em desacordo com as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar as normas ambientais, de segurança, trânsito, transporte, descarte e operação de equipamentos, bem como adotar medidas necessárias à prevenção de danos ao meio ambiente, aos bens públicos, aos servidores municipais e a terceiros durante o fornecimento, transporte e bombeamento do concreto.

Condições de fornecimento, entrega e bombeamento

A contratada deverá apresentar, no momento da entrega, documento de remessa ou equivalente, contendo, sempre que possível, a identificação do traço, volume transportado, horário de carregamento, local de entrega, identificação do veículo e demais informações necessárias à fiscalização.

Quando necessário, a Administração poderá exigir a realização de controle tecnológico, ensaio de abatimento/slump, moldagem de corpos de prova, apresentação de laudos ou outros procedimentos técnicos destinados à verificação da resistência, qualidade e conformidade do concreto fornecido.

O concreto deverá apresentar condições adequadas de trabalhabilidade, homogeneidade e qualidade, sendo vedada a entrega de material com sinais de início de pega, segregação, perda excessiva de abatimento ou qualquer outra condição que possa comprometer sua aplicação ou desempenho.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, que indicará o local, data, horário estimado, quantidade e demais condições necessárias à entrega.

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo se prazo diverso for expressamente indicado pela Administração, considerando a urgência, a natureza da intervenção e a programação dos serviços.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvadas situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

A entrega deverá ser previamente agendada, considerando as condições de acesso ao local.

Caberá à contratada verificar previamente as condições mínimas de acesso do caminhão betoneira, bomba e demais equipamentos ao local de entrega, comunicando formalmente à Administração eventual impossibilidade técnica ou necessidade de adequação antes da execução do fornecimento.

O bombeamento do concreto será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo a disponibilização de bomba, mangotes, operador, equipamentos, mão de obra e demais meios necessários à descarga do concreto no ponto indicado pela Administração.

O prazo de garantia será aquele previsto na legislação aplicável, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades técnicas identificadas no concreto fornecido.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possiveis trocas por conta do contratado

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

10. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Prestação de Serviços

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

63

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____.

Processo nº 109/2026
Pregão eletrônico nº 040/2026
CONTRATO Nº /2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18 128 249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado _____, com sede na Rua _____,_____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, _____, cidade de _____, Estado de _____, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste o Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG, conforme tabela exposta abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1.O presente contrato terá seu valor total de R$ _____(valor por extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega mediante depósito/transferência em conta em conta especifica do CNPJ da empresa.

3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Critérios de medição

A medição será realizada em metros cúbicos efetivamente fornecidos, bombeados e aceitos pela Administração, conforme quantidade constante no documento de remessa, nota fiscal ou outro documento de controle, sem prejuízo da conferência pelo fiscal do contrato.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os quantitativos efetivamente entregues, bombeados e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento.

Não serão medidos ou pagos quantitativos recusados pela fiscalização, entregues em desacordo com as especificações, não autorizados pela Administração ou que não tenham sido efetivamente fornecidos e bombeados no local indicado. Recusa, substituição e correção

Poderá ser recusado, total ou parcialmente, o concreto que não atender às especificações exigidas, que for entregue em desacordo com a Autorização de Fornecimento, que apresentar qualidade inadequada, perda de trabalhabilidade, atraso injustificado que comprometa sua aplicação, ou

qualquer outra desconformidade técnica verificada pelo fiscal ou responsável técnico da Administração.

Em caso de recusa total ou parcial do objeto, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Eventuais custos decorrentes de fornecimento inadequado, atraso injustificado, falha no transporte, falha no bombeamento ou necessidade de substituição do concreto recusado serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Condições de Pagamento

O pagamento será realizado apenas em relação aos quantitativos efetivamente fornecidos, bombeados, medidos e aceitos pela Administração, após a regular liquidação da despesa.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2026, sendo:
4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1.A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização no presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA – DA ENTREGA

O concreto deverá ser fornecido dosado em central, com resistência característica à compressão mínima de 30 MPA, devendo atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente aquelas relativas ao preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto dosado em central.

O valor ofertado deverá compreender todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo o fornecimento do concreto usinado, transporte até o local indicado pela Administração, bombeamento, disponibilização de bomba, mangotes, operador, encargos, tributos, seguros, fretes, deslocamentos, equipamentos, mão de obra necessária à descarga/bombeamento e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

O concreto deverá apresentar abatimento/slump compatível com o bombeamento e com a aplicação pretendida, devendo a faixa de aceitabilidade ser previamente indicada pelo setor técnico responsável, conforme a finalidade de uso e as normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá observar o tempo tecnicamente adequado entre o carregamento, transporte, chegada ao local e descarga do concreto, de modo a preservar suas características técnicas, resistência, trabalhabilidade e qualidade, ficando vedada a entrega de concreto que apresente sinais de início de pega, perda excessiva de abatimento, segregação ou qualquer condição que comprometa sua adequada aplicação.

A contratada responderá integralmente por vicios, defeitos, inconformidades técnicas, falhas no fornecimento, transporte ou bombeamento, devendo substituir ou corrigir, às suas expensas, o objeto recusado ou executado em desacordo com as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar as normas ambientais, de segurança, trânsito, transporte, descarte e operação de equipamentos, bem como adotar medidas necessárias à prevenção de danos ao meio ambiente, aos bens públicos, aos servidores municipais e a terceiros durante o fornecimento, transporte e bombeamento do concreto

Condições de fornecimento, entrega e bombeamento
A contratada deverá apresentar, no momento da entrega, documento de remessa ou equivalente, contendo, sempre que possível, a identificação do traço, volume transportado, horário de carregamento, local de entrega, identificação do veículo e demais informações necessárias à fiscalização.

Quando necessário, a Administração poderá exigir a realização de controle tecnológico, ensaio de abatimento/slump, moldagem de corpos de prova, apresentação de laudos ou outros procedimentos técnicos destinados à verificação da resistência, qualidade e conformidade do concreto fornecido.

O concreto deverá apresentar condições adequadas de trabalhabilidade, homogeneidade e qualidade, sendo vedada a entrega de material com sinais de inicio de pega, segregação, perda excessiva de abatimento ou qualquer outra condição que possa comprometer sua aplicação ou desempenho.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, que indicará o local, data, horário estimado, quantidade e demais condições necessárias à entrega.

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo se prazo diverso for expressamente indicado pela Administração, considerando a urgência, a natureza da intervenção e a programação dos serviços.

Caso não seja possivel a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência minima de 02 (dois) dias úteis, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvadas situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

A entrega deverá ser previamente agendada, considerando as condições de acesso ao local.

Cabera à contratada verificar previamente as condições minimas de acesso do caminhão betoneira, bomba e demais equipamentos ao local de entrega, comunicando formalmente à Administração eventual impossibilidade técnica ou necessidade de adequação antes da execução do fornecimento.

O bombeamento do concreto será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo a disponibilização de bomba, mangotes, operador, equipamentos, mão de obra e demais meios necessários à descarga do concreto no ponto indicado pela Administração.

O prazo de garantia será aquele previsto na legislação aplicável, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades técnicas identificadas no concreto fornecido.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. **A CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos produtos que forem fornecidos pela CONTRATADA.

7.2. **A CONTRATADA** obriga-se a efetuar a entrega do objeto à CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste instrumento e fixadas no edital da licitação.

7.3. O recebimento e conferencia do objeto licitado será responsabilidade do requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A Proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:
I - Advertência por escrito;
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pela falta de fornecimento;
III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do presente contrato é até 31 (trinta e um) de dezembro de 2026 contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1. Os valores constantes da referida contratação poderão ser revistos mediante solicitação da **CONTRATADA** e desde que sejam satisfatoriamente apresentados elementos que demonstrem a necessidade de readequação, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.2. As solicitações referidas no item 13.1 deverão vir acompanhadas de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG,_____ de 2026.

Município de Dores do Turvo - Contratante
Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal –

Contratada

Testemunhas:
Nome:_____
CPF-_____

Nome:_____
CPF-_____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.126.249/0001-42 - tel: 32 3478-0702

68

ANEXO III - PROPOSTA

Processo nº 109/2026 Pregão Eletrônico 040/2026

Julgamento menor preço global

Razão Social: _____

Endereço _____

CNPJ _____

Tel_____email_____

(Anexar junto com a habilitação na plataforma)

Item	Descrição	Quantitativo	Valor Unitario	Valor Total

Valor da Proposta: R$ xxxxxxx (valor por extenso)

Validade da Proposta: de acordo com o Edital do processo em epígrafe

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

Prazos e local: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estarciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamentesobre o objeto do certame, tais como frete, combustivel, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local/ Data: Assinatura:

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ.18.128.249/0001-42 - tel.: 0800 032 3040

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE DORES DO TURVO, MG.

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

Dores do Turvo MG 20 de julho de 2026

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

30 de setembro de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto o fornecimento e a aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa, visando atender às demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A contratação é necessária para garantir a manutenção, recuperação e melhoria das estradas vicinais, as quais desempenham papel fundamental na mobilidade da população rural, no transporte escolar, no acesso aos serviços de saúde e no escoamento da produção agropecuária, importante atividade econômica do município.

A utilização de concreto usinado com resistência característica de 30 MPa permitirá a execução de obras com maior durabilidade e desempenho, especialmente na construção e recuperação de cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, alas de contenção, caixas de captação, canaletas, dissipadores de energia, passagens molhadas e demais estruturas sujeitas à ação constante das águas pluviais e ao tráfego de veículos pesados.

A contratação do fornecimento do material aliado à sua aplicação proporciona maior agilidade na execução dos serviços, garante o controle tecnológico da resistência do concreto, reduz desperdícios de materiais, otimiza o emprego de mão de obra e assegura maior qualidade e vida útil às intervenções realizadas.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para manter a trafegabilidade das estradas vicinais em condições adequadas de segurança, assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, minimizar os impactos causados pelas chuvas e preservar a infraestrutura viária do Município de Dores do Turvo/MG, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

N° Item	Descrição	UND	Quantidade
001	Concreto Usinado FCK = 30 MPA	M^3	500,00

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

Data: 20 de julho de 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo MG

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa é necessária para atender às demandas do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, garantindo a execução de obras de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura viária rural.

As estradas vicinais constituem importante meio de acesso às comunidades rurais, propriedades agrícolas, escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos, além de serem essenciais para o escoamento da produção agropecuária, principal atividade econômica do município. Em razão das condições climáticas, do intenso tráfego de veículos e do desgaste natural das estruturas, torna-se necessária a realização contínua de intervenções para assegurar a trafegabilidade e a segurança dos usuários.

O concreto usinado FCK 30 MPa será empregado na execução e recuperação de cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, alas de contenção, canaletas, caixas de captação, passagens molhadas, dissipadores de energia e demais estruturas de concreto existentes nas estradas vicinais. A resistência especificada proporciona maior durabilidade, segurança estrutural e menor necessidade de manutenção, contribuindo para a economicidade dos recursos públicos.

A contratação contemplando o fornecimento do material e sua aplicação permitirá maior eficiência na execução dos serviços, assegurando qualidade, uniformidade e atendimento às normas técnicas vigentes, reduzindo desperdícios, otimizando o cronograma das obras e garantindo maior vida útil às intervenções realizadas.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para manter as condições adequadas de circulação nas estradas vicinais, promover a segurança dos usuários, assegurar a continuidade dos serviços públicos e fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Município de Dores do Turvo/MG.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA DE TRANSPORTE

4 NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio consiste em garantir a continuidade das ações de manutenção, recuperação e melhoria da infraestrutura das estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, por meio da contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa.

A contratação visa assegurar a execução de obras e serviços indispensáveis à conservação da malha viária rural, proporcionando melhores condições de trafegabilidade durante todo o ano, especialmente em períodos de chuvas, quando há maior incidência de danos em pontes, pontilhões, bueiros, passagens molhadas, canaletas e demais estruturas de drenagem.

A solução atende à necessidade da Administração Municipal de manter o acesso seguro às comunidades rurais, garantir o transporte escolar, facilitar o atendimento dos serviços de saúde, promover o escoamento da produção agropecuária e preservar a infraestrutura pública, reduzindo custos futuros com intervenções corretivas decorrentes da deterioração das vias.

Além disso, a contratação do fornecimento e da aplicação do concreto usinado assegura maior qualidade técnica, resistência estrutural, rapidez na execução dos serviços, otimização dos recursos públicos e conformidade com as normas técnicas vigentes, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal responsável pelas estradas vicinais e para a melhoria da prestação dos serviços públicos à população.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	Concreto Usinado FCK = 30 MPA	M^3	500,00

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPa, por ser a alternativa que melhor atende às necessidades do setor de estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, conciliando qualidade técnica, eficiência operacional, segurança e economicidade.

Sob o aspecto técnico, o concreto usinado FCK 30 MPa apresenta resistência mecânica adequada para a execução de obras em estruturas sujeitas a elevadas cargas e à ação constante das intempéries, como cabeceiras de pontes, pontilhões, bueiros, canaletas,

alas de contenção, caixas de captação, passagens molhadas e demais dispositivos de drenagem. O fornecimento por empresa especializada assegura controle tecnológico da dosagem, uniformidade da mistura, cumprimento das normas técnicas aplicáveis e maior durabilidade das estruturas executadas.

A contratação contemplando o fornecimento do concreto e sua aplicação garante maior produtividade, reduz o tempo de execução das obras, minimiza desperdícios de materiais, evita falhas decorrentes da produção manual do concreto e proporciona melhor acabamento e desempenho estrutural, resultando em maior vida útil das intervenções.

Sob o aspecto econômico, a solução mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, pois elimina a necessidade de aquisição de equipamentos específicos para produção e lançamento do concreto, reduz custos com manutenção de maquinários, armazenamento de insumos, perdas de materiais e mobilização de equipes próprias. Além disso, a maior durabilidade das estruturas reduz a frequência de manutenções corretivas, proporcionando economia de recursos públicos ao longo do tempo.

A contratação por demanda permite que os serviços sejam executados conforme a necessidade da Administração, evitando estoques desnecessários de materiais, garantindo maior flexibilidade na execução das obras e promovendo a adequada gestão dos recursos orçamentários.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo a alternativa mais adequada para assegurar a conservação e a melhoria da infraestrutura das estradas vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

6. RESPONSÁVEIS

SECRETARIA DE TRANSPORTE
LUCAS FERREIRA TEIXEIRA

7. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 20 de julho de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacaoval@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-43 - tel: 32 3478 0702

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 109/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 040/2026, tipo menor preço global, para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 27 de julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 - CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ: 18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

I. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica processo administrativo instaurado pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, destinado à realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global e utilização do sistema de registro de preços.

A futura contratação tem por objeto o "Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG".

Conforme se extrai dos autos, a contratação foi instruída com Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, minuta de edital e seus respectivos anexos.

A estimativa do preço foi formada mediante pesquisa eletrônica realizada no portal Fonte de Preços, tendo sido apurado o valor referencial máximo de R$ 928,16 por metro cúbico, quantia considerada pela área técnica compatível com os valores praticados no mercado e com as condições específicas de fornecimento, transporte e aplicação do concreto.

Os autos foram encaminhados para controle prévio de legalidade da fase preparatória, especialmente quanto à adequação da modalidade escolhida, do critério de

julgamento, do sistema de registro de preços, da pesquisa mercadológica e das minutas que disciplinarão a fase externa do certame.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A contratação pretendida encontra fundamento inicial no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, segundo o qual, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, as obras, os serviços, as compras e as alienações da Administração Pública devem ser precedidos de processo licitatório que assegure igualdade de condições entre os concorrentes e estabeleça somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

No âmbito infraconstitucional, o procedimento é disciplinado pela Lei nº 14.133, de 2021, que impõe a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

A licitação não se limita à obtenção do menor valor nominal, devendo assegurar a seleção da proposta apta a produzir o resultado de contratação mais vantajoso, o tratamento isonômico entre os licitantes, a justa competição e a prevenção de sobrepreço, inexequibilidade e superfaturamento. Tais objetivos devem orientar tanto a elaboração dos documentos da fase preparatória quanto a condução da futura disputa.

No que concerne ao papel do assessor jurídico, o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece expressamente:

> "Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação."

O mesmo dispositivo determina que a manifestação jurídica seja clara, objetiva e fundamentada, com apreciação dos elementos indispensáveis à contratação e exposição dos pressupostos de fato e de direito considerados na análise. Encerrada a instrução técnica e jurídica, compete à autoridade competente determinar a divulgação do edital.

O parecer jurídico constitui, portanto, instrumento de controle preventivo de legalidade e de orientação à autoridade administrativa. Incumbe ao assessor jurídico verificar a conformidade do procedimento com a Constituição, com a legislação de licitações, com os regulamentos aplicáveis e com os princípios que regem a Administração Pública.

A análise jurídica não se confunde, entretanto, com a atividade técnica, contábil, orçamentária ou administrativa desenvolvida pelos setores competentes. Não cabe ao parecerista substituir o gestor na definição da necessidade pública, na estimativa dos quantitativos, na escolha da solução técnica, na elaboração das composições de custos ou na avaliação material da qualidade do concreto.

Esses elementos são examinados juridicamente quanto à sua existência, motivação, coerência e compatibilidade com a legislação, presumindo-se verdadeiras e tecnicamente adequadas as informações subscritas pelos agentes responsáveis. A própria Advocacia-Geral da União orienta que o controle jurídico se concentre nas questões de legalidade, permanecendo as especificações, os requisitos e as características técnicas do objeto sob responsabilidade das unidades administrativas competentes.

O parecer possui natureza jurídico-consultiva e serve de fundamento para a decisão administrativa, sem substituir o juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente. Compete ao gestor decidir sobre o prosseguimento da contratação e responder pela adoção das providências administrativas, técnicas e orçamentárias correspondentes.

Quanto à fase preparatória, o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que essa etapa é caracterizada pelo planejamento, devendo abordar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão capazes de interferir na contratação. Entre seus elementos encontram-se a descrição da necessidade, a definição do objeto, as condições de execução e pagamento, o orçamento estimado, a elaboração do edital, o regime de

fornecimento, a modalidade, o critério de julgamento, o modo de disputa, as condições de habilitação e a análise dos riscos que possam comprometer a licitação ou a execução contratual.

O Documento de Formalização da Demanda cumpre a função de registrar a necessidade administrativa e demonstrar sua vinculação com as atribuições do setor requisitante. No caso concreto, a demanda decorre da necessidade de disponibilização de concreto usinado para atendimento das estradas vicinais do Município, cuja manutenção se relaciona à continuidade dos serviços públicos, à mobilidade rural e ao adequado funcionamento da infraestrutura municipal.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, deve demonstrar o problema a ser solucionado, os requisitos da contratação, as estimativas de quantidade, o levantamento de mercado, a escolha da solução, a estimativa do valor, as justificativas quanto ao parcelamento e a conclusão acerca da viabilidade da contratação. A documentação informada revela que tais matérias foram examinadas, tendo a área técnica concluído pela adoção do fornecimento e aplicação integrados e pela utilização do sistema de registro de preços.

O Termo de Referência constitui o documento central para a definição do objeto e para a futura fiscalização. Nele devem estar estabelecidos, de maneira precisa e objetiva, a resistência característica do concreto, a unidade de medição, os quantitativos estimados, os locais de aplicação, as condições de transporte, descarga, lançamento e aplicação, os prazos de atendimento, os critérios de medição, as condições de recebimento, as responsabilidades das partes, os controles de qualidade, a forma de pagamento, as obrigações ambientais e de segurança e as consequências decorrentes do inadimplemento.

A descrição do objeto deve evitar indicações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que possam restringir a competitividade, mas também deve ser suficientemente detalhada para assegurar que todas as propostas correspondam ao mesmo padrão de qualidade e de execução.

No tocante à modalidade, a Lei nº 14.133, de 2021, define como comuns os bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente estabelecidos pelo edital mediante especificações usuais de mercado. O pregão é a

modalidade obrigatória para a aquisição desses bens e serviços, podendo adotar os critérios de menor preço ou maior desconto. Os arts. 28, inciso I, e 29 determinam a adoção do pregão sempre que o objeto puder ser objetivamente definido por especificações usuais de mercado.

O concreto usinado com resistência característica à compressão de 30 MPa possui especificações técnicas objetivamente mensuráveis. Sua resistência, composição, transporte, lançamento, aplicação, recebimento e controle de qualidade podem ser previamente definidos no Termo de Referência e aferidos durante a execução.

Ainda que a aplicação do concreto seja tecnicamente classificada pela unidade competente como serviço comum de engenharia, o pregão permanece juridicamente admissível. O art. 29, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, excepciona expressamente da vedação ao pregão os serviços comuns de engenharia, assim considerados aqueles objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade.

A adoção da forma eletrônica igualmente se mostra adequada. O art. 17, parágrafo segundo, da Lei nº 14.133, de 2021, determina que as licitações sejam realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, reservando a forma presencial para situações devidamente motivadas. O procedimento eletrônico amplia o universo de participantes, favorece a competitividade, assegura maior rastreabilidade dos atos e reduz custos de participação e de processamento.

Também se mostra juridicamente possível o critério de julgamento pelo menor preço global. Os arts. 33 e 34 da Lei nº 14.133, de 2021, autorizam o julgamento pelo menor preço, devendo ser considerado o menor dispêndio para a Administração, preservados os padrões mínimos de qualidade definidos no edital.

No caso em exame, o julgamento global decorre da integração entre fornecimento, transporte e aplicação do concreto. A execução por um único responsável favorece a uniformidade do material, a coordenação das atividades, a aferição da responsabilidade contratual e a fiscalização do resultado.

A adoção do menor preço global não afasta a necessidade de indicação do preço unitário máximo por metro cúbico. O instrumento convocatório deve apresentar tanto o valor unitário referencial quanto o valor global estimado, este resultante da

multiplicação do quantitativo máximo pelo preço unitário. A proposta vencedora deverá manter coerência entre os valores unitários e o valor global, de modo a impedir distorções durante as futuras contratações decorrentes da ata.

A utilização do sistema de registro de preços também encontra respaldo legal. O art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, qualifica o sistema de registro de preços como procedimento auxiliar das licitações e contratações. O art. 6º, inciso XLV, conceitua o instituto como o conjunto de procedimentos destinado ao registro formal de preços relativos a serviços, obras, aquisição e locação de bens para contratações futuras

A opção pelo registro de preços mostra-se compatível com contratações de natureza frequente ou parcelada e com situações nas quais a Administração não consegue precisar, antecipadamente, o momento exato e a quantidade efetivamente demandada. Essa circunstância está presente no atendimento das estradas vicinais, uma vez que a necessidade de concreto poderá variar conforme as condições das vias, a programação do setor, as ocorrências climáticas e a disponibilidade administrativa para realização das intervenções.

O sistema permite que o Município registre o preço e realize as contratações conforme a necessidade, dentro dos limites fixados no edital e na ata. A existência de preço registrado representa compromisso do fornecedor, mas não impõe à Administração o dever de contratar integralmente o quantitativo estimado, conforme estabelece o art. 83 da Lei nº 14.133, de 2021. A ata terá vigência de um ano, admitida prorrogação por igual período mediante comprovação da continuidade da vantagem econômica.

O art. 82 exige que o edital para registro de preços estabeleça, entre outras matérias, a quantidade máxima, a unidade de medida, o critério de julgamento, as condições de alteração dos preços registrados, a formação do cadastro de reserva e as hipóteses de cancelamento da ata. O sistema também pode ser empregado para obras e serviços de engenharia quando houver solução padronizada, ausência de complexidade técnica ou operacional e necessidade permanente ou frequente.

O Decreto Federal nº 11.462, de 2023, embora editado para a Administração Pública federal, constitui relevante referência regulamentar para a aplicação dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das disposições municipais próprias. O

regulamento reconhece a pertinência do registro de preços para contratações frequentes, entregas parceladas, serviços remunerados por unidade de medida e objetos cujos quantitativos não possam ser previamente determinados com absoluta precisão.

Deverá permanecer documentada nos autos a realização do procedimento de intenção de registro de preços ou, quando o Município figurar como único contratante, a correspondente justificativa de dispensa, nos termos do art. 86, parágrafo primeiro, da Lei nº 14.133, de 2021. A regulamentação federal adota a mesma orientação ao admitir a dispensa quando o órgão gerenciador for o único contratante.

Quanto à pesquisa de preços, o art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que o valor estimado seja compatível com os preços praticados pelo mercado, consideradas as bases públicas disponíveis, as quantidades, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução.

A legislação admite, entre os parâmetros de pesquisa, contratações similares da Administração Pública, sistemas oficiais, dados de mídias especializadas, tabelas de referência e sítios eletrônicos especializados, desde que a pesquisa possua identificação das fontes, data e horário de acesso, memória de cálculo e demonstração da comparabilidade entre os objetos pesquisados. Nas contratações classificadas como obras ou serviços de engenharia, deve ser respeitada a ordem de parâmetros prevista no parágrafo segundo do art. 23, acompanhada da correspondente justificativa técnica.

No presente caso, a pesquisa foi realizada eletronicamente por intermédio do portal Fonte de Preços e resultou no valor referencial máximo de R$ 928,16 por metro cúbico. Conforme certificação da unidade responsável, foram considerados objetos comparáveis e condições compatíveis com o fornecimento e a aplicação pretendidos, concluindo-se que o preço se encontra de acordo com o mercado.

A avaliação quantitativa, estatística e mercadológica da pesquisa pertence ao setor técnico que a elaborou. À Assessoria Jurídica cabe verificar a existência da pesquisa, a identificação de suas fontes, a motivação da metodologia e sua correspondência com os parâmetros legais. Não se identificando vício jurídico aparente e estando o preço expressamente atestado pela área competente, mostra-se juridicamente aceitável o valor estimado indicado nos autos.

A minuta do edital e seus anexos devem guardar correspondência com o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, estabelecendo regras claras para participação, apresentação de propostas, disputa de lances, julgamento, habilitação, recursos, formação da ata, contratações futuras, fiscalização, pagamento, sanções e extinção dos ajustes.

Conforme relatado, as minutas contemplam os elementos essenciais à disputa e preservam o julgamento objetivo, a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e a obtenção da proposta mais vantajosa, não se verificando cláusula manifestamente restritiva ou incompatível com a legislação de regência.

Concluída a instrução técnica e jurídica, o art. 54 da Lei nº 14.133, de 2021, determina a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas. Também é obrigatória a publicação do extrato do edital no diário oficial correspondente e em jornal diário de grande circulação, sem prejuízo da divulgação adicional no sítio eletrônico oficial do Município. A data da sessão deverá respeitar o prazo mínimo previsto no art. 55, conforme a classificação técnica definitiva do objeto.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando as informações e justificativas técnicas lançadas nos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela regularidade jurídica da fase preparatória do procedimento licitatório. Opina-se pela aprovação integral da documentação acostada, por se mostrarem formalmente compatíveis com as exigências da Lei nº 14.133, de 2021, e com os princípios aplicáveis às contratações públicas.

Não se vislumbra óbice jurídico ao regular prosseguimento do feito, razão pela qual se recomenda o encaminhamento dos autos à autoridade competente para autorização da abertura da fase externa e publicação do inteiro teor do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como do respectivo extrato no Diário Oficial e em jornal diário de grande circulação, observando-se o prazo mínimo legal aplicável para apresentação de propostas e lances

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

É o parecer, salvo melhor juizo.

Dores do Turvo/MG, 30 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36 513-000
RUA PAULO FERNANDES DE TARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
Telefone@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ 18.128 249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2026.
REGISTRO DE PREÇO
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO torna público que às 13h00min (treze horas) do dia 12 (doze) de julho de 2026, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 14133/21, promoverá abertura de Licitação na modalidade PREGAO ELETRONICO para Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

O Edital completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Mais informações pelo telefone 032 3478 0702 a partir das 10h00min ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

Dores do Turvo, 30 de julho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 109/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 040/2026, foi publicado e afixado na íntegra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo a presente.

Dores do Turvo, 30 de julho de 2026.

Edmar Antônio Venâncio
Membro Apoio

Edital nº 040/2026

Última atualização 30/07/2026

Acessar Contratação

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 198 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no **PNCP:** 30/07/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 30/07/2026 16:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 12/08/2026 13:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18128249000142-1-000086/2026 **Fonte:** Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK - 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 464.080,00	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	Concreto Usinado FCK - 30 MPA	500	R$ 928,16

Exibir 5 | 1-1 de 1 itens | Página 1

‹ Voltar

Conforme a Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento da sua versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção ainda inédita legal, homologado pelos indicados a comparecer o aludido sítio.

A responsabilidade pela idoneidade e correção das informações e dos arquivos relativos a contratações disponibilizados no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://pncp.gov.br

0800 978 9001

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por [illegible]

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais
(Lei Municipal nº 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – Nº 1424 quinta-feira, 30 de julho de 2026

PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo nº 108/2026 Pregão Eletrônico 039/2026, Licitação 12/08/2026, as 09:00 horas Plataforma AMM LICITA Tipo Menor Preço por item. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Estacas para fundação de ponte, Pré – moldada, FCK 40 Mpa, carga de compressão de 50 tf, com anel metálico para emenda incorporada a peça, fabricada conforme a NBR 1.258 para atender as demandas da Secretaria de Obras e estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG. Edital esta no site oficial Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br); plataforma eletrônica (www.ammlicita.org.br), PNCP e sala licitação. Inf. Nº: 3478-0702 e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 30/07/2026. Samuel A. Pires– Pregoeiro

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo nº 109/2026 Pregão Eletrônico 040/2026, Licitação 12/08/2026, as 13:00 horas Plataforma AMM LICITA Tipo Menor Preço Global. Objeto: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG. Edital esta no site oficial Municipio (www.doresdoturvo.mg.gov.br); plataforma eletrônica (www.ammlicita.org.br), PNCP e sala licitação. Inf. Nº: 3478-0702 e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 30/07/2026. Samuel A. Pires– Pregoeiro

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2026.07.30 19:23:14 -03'00'

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Proposta Readequada

Dados Gerais

Ente Público	Nº Processo	Nº Pregão
PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO	109/2026	040/2026

Dados do Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	
20.515.589/0002-04	CONCRETOS SAO JORGE LTDA	Concretos Sao Jorge	
CEP	**Endereço**		
36540-000	Rodovia Senador Firmino a Dores do Turvo - Corrego dos Lima, SN KM 2		
Bairro	**Cidade / UF**		
Zona Rural	Senador Firmino / MG		
Nome Representante	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
HUGO MIRANDA MAGALHÃES	Socio	hugodojairo@yahoo.com.br	(32) 98426-1367
ME/EPP/COOP	**Envio da Proposta**		
Sim			

Documentos

Link
Certidao_Estadual
Certidao_Falencia
Certidao_Federal
Certidao_Municipal
Certidao_Trabalhista
cnh109
CNPJ
ComprovanteInscricaoEstadual
Concretos_Sao_Jorge_Ltda_-_4ª_Alteracao
PROPOSTA
Certidao_FGTS_1

Lotes e Itens

Lote 1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA			
Item - Descrição	Quantidade	Unitário Referência	Unitário Final

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	928,16	R$ 878,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Valor Total			R$ 439.000,00

Valor Total do Fornecedor (R$ 439.000,00)

Declarações

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como **MEI/ME/EPP**, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. Em caso de **cooperativa**, marque a opção ao qual se equipara ao seu faturamento.

Declarações do artigo 60 da Lei 14.133/2021:

- Declaro que possuo em minha empresa políticas para promoção ações de **equidade entre homens e mulheres** no ambiente de trabalho, nos termos do art. 60, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.430/2023 do Governo Federal.
- Declaro que possuo em minha organização/empresa/pessoa jurídica, **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do art. 60, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que, os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica **foram produzidos e ou são prestados no território do Estado** do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localiza, nos termos do art. 60, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por Empresa Brasileira**, nos termos do art. 60, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País**, nos termos do art. 60, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha organização/empresa/pessoa jurídica empresas possui **processos de mitigação**, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e art. 60, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

Dores do Turvo / MG

CONCRETOS SÃO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0002-04 – Insc. Estadual nº 002.992670.01-60
Rod. Senador Firmino a Dores do Turvo – Córrego dos Lima – SN – KM 2
Zona Rural – 36540-000 – Senador Firmino - MG

PROPOSTA

PROCESSO Nº 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

Julgamento Menor preço global

Razão Social: CONCRETO SÃO JORGE LTDA

Endereço: Rodovia Senador Firmino a Dores do Turvo – Córrego dos Lima – SN – KM 2
Zona Rural – 36540-000 – Senador Firmino – MG

CNPJ: 20.515.588/0002-04

TELEFONE: (32) 98426-1367

E-MAIL: hugodojairo@yahoo.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
001	Concreto Usinado FCK = 30MPA	M³	500,00	928,16	464.080,00

Valor da Proposta: R$ 464.080,00 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil e oitenta reais)

Validade da Proposta: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

Prazos e local: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços inficados nesta proposta estão computados todos os custos basicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos do certame, tais como frete, combustiveis embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Senador Firmino, 12 de Agosto de 2026.

CONCRETOS SAO JORGE LTDA:20515588000204

Assinado de forma digital por CONCRETOS SAO JORGE LTDA:20515588000204
Dados: 2026.08.10 14:45:42 -03'00'

CONCRETOS SÃO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0002-04
Hugo Miranda Magalhães – Sócio Administrador
CPF: 065.659.596-50
Cart. de Identidade nº MG-14.381.810-SSP-MG

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS 93

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31600933887	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CONCRETOS SAO JORGE LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGN2584351013

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		025	1	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

BRAS PIRES
Local

16 DEZEMBRO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA. Nire 31600933887 e protocolo 258261031 - 18/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875937F81FC887C8649B4780611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança e2O Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/628.103-1	MGN2584351013	17/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
065.659.596-50	HUGO MIRANDA MAGALHAES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA. Nire 31600933887 e protocolo 258251051 - 16/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875937F81FC867C8649B4780611C4251E531EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/628.103-1 e o código de segurança c2:O Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"CONCRETOS SÃO JORGE LTDA"
CNPJ: 20.515.588/0001-23

IIUGO MIRANDA MAGALHÃES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 25/09/1985, portador do CPF nº 065.659.596-50 e da carteira de identidade nº MG-14.381.810-SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Major Felício nº 116, Centro na cidade de Brás Pires-MG, Cep: 36542-000, único sócio da sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial **"CONCRETOS SÃO JORGE LTDA"**, com sede na Rua Antônio Honório de Oliveira nº 220, Centro na cidade de Brás Pires-MG, Cep: 36542-000, devidamente registrada na Junta Comercial do estado de Minas Gerais sob o NIRE: 31600933887 em 01/06/2020, inscrita no CNPJ nº 20.515.588/0001-23, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito proceder a presente alteração e a consolidação contratual, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A sociedade revolve encerrar as atividades da filial localizada na Rodovia BR 040 – KM 637, Zona Rural no município de Conselheiro Lafaiete-MG, Cep: 36408-899.

CLÁUSULA SEGUNDA
Continuam inalteradas as demais cláusulas do contrato social não modificadas pelo presente instrumento, que serão por todos fielmente cumpridas e respeitadas em todos os seus dizeres.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

HUGO MIRANDA MAGALHÃES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 25/09/1985, portador do CPF nº 065.659.596-50 e da carteira de identidade nº MG-14.381.810-SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Major Felício nº 116, Centro na cidade de Brás Pires-MG, Cep: 36542-000, único sócio da sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial **"CONCRETOS SÃO JORGE LTDA"**, com sede na Rua Antônio Honório de Oliveira nº 220, Centro na cidade de Brás Pires-MG, Cep: 36542-000, devidamente registrada na Junta Comercial do estado de Minas Gerais sob o NIRE: 31600933887 em 01/06/2020, inscrita no CNPJ nº 20.515.588/0001-23, Resolve, por este instrumento, consolidar o contrato social, tornando assim, sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, que adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A sociedade limitada gira sob nome empresarial de **"CONCRETOS SÃO JORGE LTDA"** e o nome fantasia **"CONCRETOS SÃO JORGE"**.

CLÁUSULA SEGUNDA
A sociedade limitada tem sua sede social na Rua Antônio Honório de Oliveira nº 220, Centro na cidade de Brás Pires-MG, Cep: 36542-000.

CLÁUSULA TERCEIRA
O objeto social é Concretagem (em formas) de vigas, colunas, lajes e outras peças estruturais em obras de construção civil, serviços de bombeamento de concretos, preparação de massa de concreto e argamassa para construção, construção de edifícios, construção de redes de

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421633 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933887 e protocolo 258251031 - 19/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F61FC667C6649B4780611C42515B51EC2A. Marinely de Paula Bomf m - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2i0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

abastecimentos de agua, coleta de esgoto e construção correlatas, construção de instalações esportivas e recreativas, fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, de esquadrias de metal, de artigos de serralheria, obras de urbanização ruas, praças e calçadas, montagem de estruturas metálicas, perfurações e sondagens, comercio varejista de materiais de construção e aluguel de maquinas e equipamentos para construção.

CLÁUSULA QUARTA
O prazo de duração da sociedade limitada é por tempo indeterminado, com inicio das atividades em 01/07/2014.

CLÁUSULA QUINTA
A sociedade limitada possui uma filial localizada à Rodovia Senador Firmino a Dores do Turvo KM 02, Córrego dos Lima, Zona Rural no municipio de Senador Firmino-MG, Cep: 36540-000 e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA
O capital social da sociedade limitada subscrito e integralizado em moeda corrente nacional de R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais) dividido em 104.500 (cento e quatro mil e quinhentas) quotas no valor nominal R$ 1,00 (hum real), cada, fica assim distribuido:

Sócios quotistas	Números de quotas	Valor Unit. R$	Valor total R$
HUGO MIRANDA MAGALHÃES	104.500	1,00	104.500.00
Total	**104.500**		**104.500,00**

Parágrafo Único: A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA
Ficam dispensadas reuniões de sócios e a lavratura de ata de prestação de contas assim como a publicação e registro da mesma, conforme preceitua o artigo 70 da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA OITAVA
A administração da sociedade limitada será exercida individualmente e por prazo indeterminado pelo único sócio **HUGO MIRANDA MAGALHÃES**, ficando dispensado de prestar caução, razão pela qual compete ao administrador a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo ele receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do capital social da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias às sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedades, representar a sociedade, ativa e passivamente, em juizo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento público ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933887 e protocolo 258281031 - 18/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837FB1FC667C6649B4780611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2IO Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

sendo para representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

Parágrafo Primeiro: O administrador fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo: O administrador responderá solidariamente a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA NÔNA

O administrador declara sob as penas da Lei que não está impedido por Lei especial do exercício da administração de sociedade unipessoal limitada e que não se acha condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

O exercício social será coincidente com ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, os quais serão atribuídos ao sócio único proporcionalmente às suas quotas de capital. Podendo os lucros a critério do mesmo, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade limitada poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada do sócio e ainda, para quaisquer atos julgados necessários pelo sócio.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O único sócio será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Em caso de falecimento do único sócio a sociedade limitada poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores de "de cujos" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade limitada declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Fica eleito o foro de Senador Firmino-MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio do único sócio.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933887 e protocolo 256281031 - 16/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F81FC667C6649B4780611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2iC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"CONCRETOS SÃO JORGE LTDA"
CNPJ: 20.515.588/0001-23

Brás Pires, 17 de Dezembro de 2025.

Assinado digitalmente
HUGO MIRANDA MAGALHÃES
CPF: 065.659.596-50

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933887 e protocolo 258281031 - 18/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F81FC667C6649B47B0611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828,103-1 e o código de segurança c2/O Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

99

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/828.103-1	MGN2584351013	17/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
065.659.596-50	HUGO MIRANDA MAGALHAES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933587 e protocolo 250281031 - 16/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F81FC667C6649B478061C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2iC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

REGISTRO DIGITAL

Eu, OLIVIO QUINTÃO VIDIGAL NETO, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 33566, expedida em 01/08/1995, inscrito no CPF nº 249.666.406-82, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. ALTERAÇÃO - 4 página(s)

Presidente Bernardes/MG , 17 de dezembro de 2025.

Nome do declarante que assina digitalmente: OLIVIO QUINTÃO VIDIGAL NETO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421633 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933897 e protocolo 25828103 - 16/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F81FC667C6619B4780611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2IO Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, de NIRE 3160093388-7 e protocolado sob o número 25/828.103-1 em 18/12/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13421833, em 12/01/2026. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador LUCIANA SAYURI YARA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
065.659.596-50	HUGO MIRANDA MAGALHAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
065.659.596-50	HUGO MIRANDA MAGALHAES

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
249.866.406-82	OLIVIO QUINTAO VIDIGAL NETO

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026

Documento assinado eletrônicamente por LUCIANA SAYURI YARA, Servidor(a) Público(a), em 12/01/2026, às 09:07 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/828.103-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, Nire 31600933887 e protocolo 25/828.103-1 - 16/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F81FC667C6649B4780611C42515B31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/828.103-1 e o código de segurança c2iC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de janeiro de 2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13421833 em 12/01/2026 da Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA. Nire 31600933887 e protocolo 255201011 - 18/12/2025. Efeitos do registro: 16/12/2025. Autenticação: 875837F91FC667C6549B4780611C42515D31EC2A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/528.103-1 e o código de segurança c2iO Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
JOÃO MIRANDA MAGALHÃES
065.659.596-50
23/03/1985
JAIRO MARQUES MAGALHAES
KARLA DA C MIRANDA DE MAGALHAES
CNH
07/06/2021
19/12/3003
Karlos da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG
MINAS GERAIS
07/06/2021
2216852624



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.515.568/0002-04 FILIAL		02/01/2023

NOME EMPRESARIAL
CONCRETOS SAO JORGE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONCRETOS SAO JORGE	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção (Dispensada *)
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal
25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
41.20-4-00 - Construção de edifícios (Dispensada *)
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas (Dispensada *)
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.92-6-01 - Montagem de estruturas metálicas (Dispensada *)
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas (Dispensada *)
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens (Dispensada *)
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD SENADOR FIRMINO A DORES DO TURVO - CORREGO DOS LIMA	SN	KM 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.540-000	ZONA RURAL	SENADOR FIRMINO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESCRITORIOCONTABILVIDIGAL@YAHOO.COM.BR	(32) 8426-1367

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	02/01/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvará e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, e de o Fisco e Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/07/2026** às **14:23:28** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

106

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONCRETOS SAO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:28:16 do dia 30/07/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/01/2027.
Código de controle da certidão: **F499.F1A9.DBF5.025A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão
30/07/2026

Data de validade
28/10/2026

Razão Social
CONCRETOS SAO JORGE LTDA

CNPJ
20.515.588/0002-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de ajudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
A778-D706-DACD-2F70-120E-47F9-F7C5-1531

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PRAÇA RAIMUNDO CARNEIRO, 48 - CENTRO – CEP: 36.540-000
TELEFONE: (32)3536-1404
CNPJ: 18.128.231/0001-40
tributos@senadorfirmino.mg.gov.br

108

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Certidão nº: 9540/2026

NOME: **CONCRETOS SAO JORGE LTDA**

CNPJ/CPF: 20.515.588/0002-04

ENDEREÇO: ROD SENADOR FIRMINO A DORES DO TURVO, S/N

BAIRRO: ZONA RURAL

CIDADE: SENADOR FIRMINO - MG

CERTIFICAMOS que em nome do contribuinte acima, não existe(m) débito(s) em aberto até a presente data.

DATA DA EMISSÃO: 30/07/2026

Esta certidão é válida por 90(noventa) dias a partir da data de emissão.

Verificação de Autenticidade: https://senadorfirmino.tributos-fiscais.com.br/cnd.php

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.515.588/0002-04
Razão social: CONCRETOS SAO JORGE LTDA
Endereço: ROD SENADOR FIRMINO A DORES DO TURVO - CORREGO DOS LIM SN KM 2/ ZONA RURAL / SENADOR FIRMINO / MG / 36540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/08/2026 a 05/09/2026

Certificação Número: 2026080705242183792743

Informação obtida em 12/08/2026 12:18:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações especificas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CONCRETOS SAO JORGE LTDA
CNPJ: 20.515.588/0002-04

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas acui mencionadas.

Certidão solicitada em 30 de Julho de 2026 às 14:25

SENADOR FIRMINO, 30 de Julho de 2026 às 14:25

Código de Autenticação: 2607-3014-2541-0234-3218

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONCRETOS SAO JORGE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 20.515.588/0002-04
Certidão nº: 65864706/2026
Expedição: 30/07/2026, às 14:26:01
Validade: 26/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONCRETOS SAO JORGE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 20.515.588/0002-04, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

ATA PREGÃO

PREGÃO Nº. **040/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **109/2026**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Às **13:00** do dia **12/08/2026**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.).
Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **30/07/2026**
Limite de impugnação: **07/08/2026 13:00**
Final da Proposta/Início da Sessão: **12/08/2026 às 13:00**

Esclarecimentos e Impugnações

Não foram apresentados pedidos de esclarecimento ou impugnações ao edital.

Lote 1
Concreto Usinado FCK = 30 MPA

Fornecedor: CONCRETOS SAO JORGE LTDA	**CNPJ/CPF:** 20.515.588/0002-04
Data/hora de envio 12/08/2026 12:18:57	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M³	928,10

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Fechada	WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA 22.708.704/0001-56	928,10	
Lote 1	Aberta	WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA 22.708.704/0001-56	1.100,00	12/08/2026 13:13:03

Lote 1	Aberta	WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA 22.708.704/0001-56	928,15	12/08/2026 13:16:00
Lote 1	Aberta	CONCRETOS SAO JORGE LTDA 20.515.588/0002-04	928,11	12/08/2026 13:16:21
Lote 1	Aberta	WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA 22.708.704/0001-56	920,10	12/08/2026 13:18:44
Lote 1	Aberta	CONCRETOS SAO JORGE LTDA 20.515.588/0002-04	928,06	12/08/2026 13:19:21
Lote 1	Fechada	CONCRETOS SAO JORGE LTDA 20.515.588/0002-04	878,00	12/08/2026 13:30:11
Lote 1	*Negociação*	*CONCRETOS SAO JORGE LTDA 20.515.588/0002-04*	*878,00*	*12/08/2026 13:32:03*

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	12/08/2026 13:01:23
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	12/08/2026 13:01:30
Pregoeiro(a)	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	12/08/2026 13:01:31
Pregoeiro(a)	O chat está aberto para todos os fornecedores.	12/08/2026 13:03:24
Pregoeiro(a)	Boa tarde a todos. Esta aberto certame processo 109/2026	12/08/2026 13:03:49
Pregoeiro(a)	Atenção ao digitar os lances	12/08/2026 13:03:53
Pregoeiro(a)	Atenção as mensagens enviadas pelo chat	12/08/2026 13:04:06
Pregoeiro(a)	Rodada de lances aberto.	12/08/2026 13:04:10
Sistema	A fase de lances do **lote 01** foi iniciada.	12/08/2026 13:04:22
Sistema	Tempo randômico iniciado para o lote 01 .	12/08/2026 13:19:50
Sistema	Iniciada a fase fechada de lances no lote **01** . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/08/2026 13:27:03
Sistema	O fornecedor 01 teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	12/08/2026 13:32:15
Pregoeiro(a)	Por favor aguardem conectados	12/08/2026 13:32:25
Sistema	O fornecedor **CONCRETOS SAO JORGE LTDA** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1.	12/08/2026 13:39:00
Sistema	O fornecedor **CONCRETOS SAO JORGE LTDA** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	12/08/2026 13:39:06
Sistema	0(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **30** minuto(s) - *(Prazo inicial: 12/08/2026 13:40:00. Prazo final: 12/08/2026 14:10:00).*	12/08/2026 13:39:10
Pregoeiro(a)	Prazo encerrado	12/08/2026 14:10:17
Pregoeiro(a)	Atestamos que não houve manifestação de recursos	12/08/2026 14:10:34
Pregoeiro(a)	Declaramos o certame encerrado. Processo segue para assessoria para o devido parecer juridico	12/08/2026 14:11:09
Pregoeiro(a)	Agradecemos a todos pela participação	12/08/2026 14:11:16
Pregoeiro(a)	Boa tarde	12/08/2026 14:11:18

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Lista de Classificação do Lote 1			
Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	CONCRETOS SAO JORGE LTDA	20.515.588/0002-04	878.00
2	WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA	22.708.704/0001-56	928.10

Avisos do processo	
Data / Hora	Descrição
12/08/2026 14:13:46	**Atualização nos dados do processo** Equipe de Apoio: Edmar ~~Antônio Venancio, MARIA ANDRÉA DE SOUZA~~→Edmar Antônio Venancio, Mauro Lucio Marques da Cruz, MARIA ANDRÉA DE SOUZA

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes		
Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Agosto de 2026.

Samuel Abraao Pires – Pregoeiro(a)

Edmar Antônio Venancio - Equipe de Apoio

Mauro Lucio Marques da Cruz - Equipe de Apoio

MARIA ANDRÉA DE SOUZA - Equipe de Apoio

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

ATA DE PROPOSTAS ENVIADAS

PREGÃO Nº. **040/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **109/2026**

Registro de Preços

Relação de propostas enviadas pelos fornecedores que participaram dos lotes abaixo relacionados.

Lote 1
Concreto Usinado FCK = 30 MPA

Fornecedor: WK ECO SISTEMAS INTEGRADOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 22.708.704/0001-56
Email: kardecpedro@gmail.com	**Telefone:** (61) 99826-5334
Data/hora de envio 03/08/2026 19:26:41	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M³	1.200,00

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Fornecedor: CONCRETOS SAO JORGE LTDA	**CNPJ/CPF:** 20.515.568/0002-04
Email: hugodojairo@yahoo.com.br	**Telefone:** (32) 98426-1367
Data/hora de envio 12/08/2026 12:18:57	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M³	928,16

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Agosto de 2026.

Samuel Abraão Pires – Pregoeiro(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **040/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **109/2026**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Final da Proposta/Início da Sessão: **12/08/2026 às 13:00**

Fornecedor: CONCRETOS SAO JORGE LTDA	**CPF/CNPJ:** 20.515.588/0002-04
E-mail: hugodojairo@yahoo.com.br	**Telefone:** (32) 98426-1367

Lote 1				
Concreto Usinado FCK = 30 MPA				
Descrição Comprador				
1 - Concreto Usinado FCK = 30 MPA				
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M^3	878,00	439.000,00
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**	
Total de CONCRETOS SAO JORGE LTDA				**R$ 439.000,00**

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Agosto de 2026.

Samuel Abraao Pires – Pregoeiro(a)

Edmar Antônio Venancio - Equipe de Apoio

Mauro Lucio Marques da Cruz - Equipe de Apoio

MARIA ANDRÉA DE SOUZA - Equipe de Apoio

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

ATA DE LOTES DESERTOS

PREGÃO Nº. 040/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 109/2026

Não há nenhum lote deserto neste processo.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Agosto de 2026.

Samuel Abrahão Pires – Pregoeiro(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

118

ATA DE LOTES FRACASSADOS

PREGÃO Nº. 040/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 109/2026

Não há nenhum lote fracassado neste processo.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Agosto de 2026.

Samuel Abraao Pires - Pregoeiro(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

119

PARECER JURÍDICO FINAL

PROCESSO Nº 109/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 28, I, Lei 14133/21

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

I. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer jurídico final, o Processo Licitatório nº 109 de 2026, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 040 de 2026, sob o Sistema de Registro de Preços, cujo objeto consiste no registro de preços para fornecimento e aplicação de concreto usinado com resistência característica de 30 MPa, destinado ao atendimento das demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo, Minas Gerais.

A sessão pública de disputa foi realizada em 12 de agosto de 2026. Após o processamento das propostas e dos lances no ambiente eletrônico, observados os parâmetros estabelecidos no instrumento convocatório, foi declarada vencedora a empresa CONCRETOS SÃO JORGE LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 20515588000204, com proposta final no valor unitário de R$ 878,00 por metro cúbico.

A proposta vencedora foi examinada pelo agente responsável pela condução do certame e considerada compatível com as exigências do edital, inferior ao valor máximo admitido pela Administração e exequível para a execução do objeto.

A documentação relativa ao credenciamento e à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica foi apresentada de maneira regular e

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 120

suficiente, tendo sido devidamente analisada e aprovada, sem a identificação de qualquer pendência ou irregularidade capaz de obstar a contratação.

Registra-se, ainda, que não foram apresentados pedidos de esclarecimento ou impugnações ao edital. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, não houve manifestação de intenção de recorrer, tampouco apresentação de razões recursais ou contrarrazões, encontrando-se exaurida a fase recursal.

Os autos foram, então, encaminhados a esta Assessoria Jurídica para a realização do controle jurídico final de legalidade dos atos praticados e para manifestação quanto ao regular prosseguimento do procedimento licitatório.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A atuação do parecerista jurídico possui natureza consultiva e de controle de legalidade. Nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, compete ao órgão de assessoramento jurídico examinar os pressupostos de fato e de direito relevantes à contratação, mediante manifestação clara, objetiva e juridicamente fundamentada.

Essa atividade não substitui as atribuições técnicas do setor demandante, do agente responsável pela condução do certame ou da autoridade competente, nem alcança juízos estritamente relacionados à conveniência e à oportunidade administrativa, salvo quando tais escolhas revelarem afronta ao ordenamento jurídico. O parecerista verifica a conformidade legal do procedimento com base nos elementos constantes dos autos, permanecendo a decisão administrativa sob responsabilidade da autoridade competente, observado também o artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A Constituição da República, em seu artigo 37, inciso XXI, determina que as contratações públicas sejam, em regra, precedidas de licitação, com igualdade de condições entre os concorrentes. A Lei nº 14.133, de 2021, concretiza esse comando e impõe a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade,

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls 121

planejamento, transparência, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, conforme dispõe o seu artigo 5º.

O artigo 11 da mesma Lei estabelece que o processo licitatório deve selecionar a proposta apta a produzir o resultado mais vantajoso para a Administração, assegurar tratamento isonômico e justa competição entre os participantes, evitar contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

À vista dos registros constantes dos autos, verifica-se que o certame observou essas finalidades, uma vez que a seleção foi realizada segundo critérios previamente estabelecidos no edital, em ambiente eletrônico, com publicidade, oportunidade de disputa e julgamento objetivo das propostas.

A adoção do pregão encontra fundamento nos artigos 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133, de 2021. O objeto foi descrito mediante padrões objetivos de desempenho e qualidade, especialmente quanto à resistência característica do concreto e à unidade de fornecimento e aplicação, permitindo seu enquadramento como bem ou serviço comum.

Caso a parcela relativa à aplicação do concreto seja tecnicamente classificada como serviço de engenharia, a modalidade permanece juridicamente adequada desde que se trate de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, conforme a caracterização técnica constante da fase preparatória.

A utilização da forma eletrônica também se harmoniza com o artigo 17, parágrafo segundo, da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece preferência pelo processamento eletrônico das licitações, promovendo maior publicidade, competitividade, transparência e eficiência administrativa.

O procedimento observou a sequência legal de apresentação de propostas, disputa, julgamento, habilitação, fase recursal e encaminhamento à autoridade superior. A análise da proposta vencedora atendeu ao artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021, que determina a desclassificação das propostas que contenham vícios insanáveis, não atendam às especificações técnicas, permaneçam superiores ao orçamento estimado ou apresentem preços inexequíveis.

No caso concreto, o valor unitário final de R$ 878,00 por metro cúbico encontra-se abaixo do limite fixado no edital e foi expressamente reconhecido como exequível pelo agente responsável. Não há elemento nos autos que indique inviabilidade de execução, sobrepreço ou comprometimento da qualidade exigida pela Administração.

A circunstância de o preço ofertado ser inferior ao valor estimado não conduz, isoladamente, ao reconhecimento de inexequibilidade. A legislação admite a realização de diligências quando houver dúvida objetiva e exige que o exame considere as características do mercado, os custos envolvidos e a capacidade de execução do proponente.

A Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Secretaria de Gestão, embora dirigida à Administração Pública federal e aplicável ao Município somente quando adotada ou quando utilizada como referência compatível com a regulamentação municipal, reforça que eventual indício de inexequibilidade em contratações de bens e serviços em geral demanda verificação concreta.

Considerando que a proposta foi examinada e aceita de forma motivada, apresenta valor inferior ao orçamento estimado e não contém elementos indicativos de inviabilidade, reputa-se atendido o dever de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto à habilitação, os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, disciplinam a comprovação da capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira necessária à execução do objeto.

A documentação da empresa declarada vencedora foi integralmente apresentada, analisada e considerada válida, suficiente e compatível com as exigências editalícias. Não foi identificada restrição impeditiva, de modo que o ato de habilitação se mostra regular e vinculado aos critérios previamente divulgados no instrumento convocatório.

A inexistência de impugnação ou pedido de esclarecimento demonstra que não houve provocação administrativa anterior à abertura da sessão quanto ao conteúdo do edital, sem prejuízo do dever permanente da Administração de realizar o controle de legalidade de seus próprios atos.

De igual modo, a ausência de manifestação de intenção recursal produziu a preclusão da faculdade de recorrer quanto ao julgamento da proposta e ao ato de

habilitação, depois de assegurada aos participantes oportunidade adequada para o exercício do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com os artigos 164 e 165 da Lei nº 14.133, de 2021, e com a disciplina aplicável ao procedimento eletrônico.

O Sistema de Registro de Preços constitui procedimento auxiliar previsto no artigo 78, inciso IV, e disciplinado pelos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021. Para sua validade, o edital deve estabelecer, entre outros aspectos, as quantidades estimadas, a unidade de medida, o critério de julgamento, as condições para alteração dos preços registrados, o prazo de vigência e as regras de gerenciamento da ata.

O Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública federal e constitui referência normativa para os entes municipais quando compatível e incorporado pela regulamentação local.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar integralmente os quantitativos estimados, mas vincula o fornecedor às condições assumidas durante a vigência da ata. As contratações serão realizadas conforme a efetiva necessidade administrativa, observados os quantitativos registrados, a disponibilidade orçamentária e as demais formalidades aplicáveis.

Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, autoriza a autoridade superior a adjudicar o objeto e homologar a licitação, desde que não haja irregularidade a ser saneada, motivo superveniente para revogação ou ilegalidade insanável que imponha a anulação do procedimento.

A Instrução Normativa nº 73, de 2022, igualmente prevê o encaminhamento do processo à autoridade superior e, após a homologação, a convocação do vencedor para assinatura da ata de registro de preços ou do instrumento contratual cabível. Referida norma é considerada como parâmetro interpretativo, sem afastar a incidência prioritária dos decretos e regulamentos municipais pertinentes.

No caso examinado, a instrução processual revela procedimento coerente com o edital e com a legislação de regência. A sessão eletrônica transcorreu regularmente, a proposta vencedora foi aceita por valor inferior ao limite editalício e considerada

exequível, a habilitação foi devidamente comprovada e a fase recursal foi encerrada sem qualquer irresignação.

Não se verifica vício capaz de comprometer a validade do certame, razão pela qual se encontram presentes os pressupostos jurídicos necessários para seu encerramento pela autoridade competente.

Após a adjudicação e a homologação, deverá a empresa vencedora ser convocada, no prazo e nas condições estabelecidas no edital, para assinatura da Ata de Registro de Preços. As contratações decorrentes serão formalizadas conforme a necessidade administrativa, mediante contrato ou instrumento equivalente, observados o artigo 90 da Lei nº 14.133, de 2021, a disponibilidade orçamentária no momento próprio, a manutenção das condições de habilitação e as exigências de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, após a análise dos atos e documentos que compõem o Processo Licitatório nº 109 de 2026, Pregão Eletrônico nº 040 de 2026, esta Assessoria Jurídica conclui que o procedimento observou as exigências legais, regulamentares e editalícias aplicáveis, inexistindo irregularidade capaz de impedir seu regular prosseguimento.

Opina-se, portanto, pela aprovação do processo licitatório e por seu encaminhamento à autoridade competente para adjudicação do objeto à empresa CONCRETOS SÃO JORGE LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 20515588000204, pelo valor unitário de R$ 878,00 por metro cúbico, seguida da homologação do certame.

Concluídos esses atos, opina-se pela convocação da adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preços e, quando houver demanda administrativa e emissão da contratação correspondente, para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente, nos termos do edital e do artigo 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

Deverão ser observadas, nas contratações decorrentes da ata, a permanência das condições de habilitação, a disponibilidade orçamentária, os limites quantitativos

registrados e as formalidades de publicidade, gestão e fiscalização previstas na legislação e nos regulamentos municipais aplicáveis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 17 de agosto de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Júnior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão nº 040/2026**, Processo Administrativo nº **109/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
CONCRETOS SAO JORGE LTDA - 20.515.588/0002-04 escritoriocontabilvidigal@hotmail.com - (32) 98426-1367	464.080,00	439.000,00	25.080,00 Provento (5,40%)
Totais	**464.080,00**	**439.000,00**	**25.080,00** **Provento (5,40%)**

Detalhes

Kallil Dahier Moreira Cunha na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: CONCRETOS SAO JORGE LTDA - **CPF/CNPJ:** 20.515.588/0002-04

Lote 1				**Data/Hora da Adjudicação - 17/08/2026 09:04:56**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M³	878,00	439.000,00

Dores do Turvo, 17 de Agosto de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.08.17 09:14:55 -03'00'

Autoridade Competente: Kallil Dahier Moreira Cunha

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão nº 040/2026**, Processo Administrativo nº **109/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
CONCRETOS SAO JORGE LTDA - 20.515.588/0002-04 escritoriocontabilvidigal@hotmail.com - (32) 98426-1367	464.080,00	439.000,00	25.080,00 Provedo (5,40%)
Totais	**464.080,00**	**439.000,00**	**25.080,00** Provedo (5,40%)

Detalhes

Kallil Dahier Moreira Cunha na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: CONCRETOS SAO JORGE LTDA - **CPF/CNPJ:** 20.515.588/0002-04

Lote 1				**Data/Hora da Homologação - 17/08/2026 09:05:01**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA	500,00	M³	878,00	439.000,00

Dores do Turvo, 17 de Agosto de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.08.17 09:15:17 -03'00'

Autoridade Competente: Kallil Dahier Moreira Cunha

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO

ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000

RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.

licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 179/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 Processo nº 109/2026

O Município de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRª Kallil Dahier Moreira Cunha, residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa CONCRETOS SAO JORGE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.515.588/0002-04, com sede no bairro Zona Rural, numero SN, cidade de Senador Firmino, estado er MG, CEP: 36540000 neste ato representada pelo Sr. HUGO MIRANDA MAGALHÃES,brasileiro, portador CPF nº 20.515.588/0002-04, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 109/2026 Pregão Eletrônico nº 040/2026** cujo resultado foi homologado na data do 17/08/2026, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para Fornecimento e aplicação de Concreto Usinado FCK = 30 MPA para atender as demandas do Setor de Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo MG.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote 1				
Concreto Usinado FCK = 30 MPA				
Descrição dos Itens		**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
Concreto Usinado FCK = 30 MPA		500,00 M³	R$ 878,00	R$ 439.000,00
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**	
Total Lote 1		x1		R$ 439.000,00

Valor Total Estimado R$ R$ 439.000,00 (quatrocentos e trinta e nove mil reais)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://licitacaodigital.tribunaldecontas.mg.gov.br/verificacao/E544-2141-D323-0681 e informe o código E544-2141-D323-0681

aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
    1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHER MOREIRA CUNHA e LUISO MIRANDA MAGALHAES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://fluigmg.fds.com.br/verificacao/E544-2141-0323-0681 e informe o código E544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 130

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
      1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
      2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
   2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
      1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
   3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
   4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
      1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
      2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
         1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
         2. Mantiverem sua proposta original.
      3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
   5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
   6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
   7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
      1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
      2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
   8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHIER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA (MGALLIMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portal.gfd.tjdft.com.br/verificacao/E544-2141-0323-0681 e informe o código E544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 134

e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata do registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
        1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
        2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
        3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHIER MORCEIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código E454 2141 0323 0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 132

1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

2. **Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.**
3. **Pedidos de reajuste de preço será analisado somente mediante correio ou email do setor de licitações (licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br).**

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
   1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
      1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
      2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
      3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
      4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
   2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
      1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
      2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
      3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados,

Assinado por 2 pessoas: KALLL DAHER MOREIRA CUNHA e LUCO MIRANDA VASCONCELHAES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código b544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 133

observado o disposto no item 5.7.

4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
   2. O remanejamento somente poderá ser feito:
      1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
      2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
   3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
   4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
   5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
   6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
   7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
   1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
      1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
      2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
      3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
      4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 2 pessoas: KELLI DAHER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código E544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 134

1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
    1. Por razão de interesse público;
    2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
    3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
    3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências prevista dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.51.00.2.11.01.26.782.0010.1.0004

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Critérios de medição

Assinado por 2 pessoas: KALLI DAHER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHAES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://autenticgtal.tjdft.com.br/verificacao/F544-2141-0323-0681 e informe o código F544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 135

A medição será realizada em metros cúbicos efetivamente fornecidos, bombeados e aceitos pela Administração, conforme quantidade constante no documento de remessa, nota fiscal ou outro documento de controle, sem prejuízo da conferência pelo fiscal do contrato.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os quantitativos efetivamente entregues, bombeados e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento.

Não serão medidos ou pagos quantitativos recusados pela fiscalização, entregues em desacordo com as especificações, não autorizados pela Administração ou que não tenham sido efetivamente fornecidos e bombeados no local indicado. Recusa, substituição e correção

Poderá ser recusado, total ou parcialmente, o concreto que não atender às especificações exigidas, que for entregue em desacordo com a Autorização de Fornecimento, que apresentar qualidade inadequada, perda de trabalhabilidade, atraso injustificado que comprometa sua aplicação, ou qualquer outra desconformidade técnica verificada pelo fiscal ou responsável técnico da Administração.

Em caso de recusa total ou parcial do objeto, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Eventuais custos decorrentes do fornecimento inadequado, atraso injustificado, falha no transporte, falha no bombeamento ou necessidade de substituição do concreto recusado serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Condições de Pagamento

O pagamento será realizado apenas em relação aos quantitativos efetivamente fornecidos, bombeados, medidos e aceitos pela Administração, após a regular liquidação da despesa.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código E544-2141-0323-0681 ou acesse https://verificador.assinaturagov.com.br/verificar/E544-2141-0323-0681 e informe o código E544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 136

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

ENTREGA

O concreto deverá ser fornecido dosado em central, com resistência característica à compressão mínima de 30 MPA, devendo atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, especialmente aquelas relativas ao preparo, controle, recebimento e aceitação do concreto dosado em central.

O valor ofertado deverá compreender todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo o fornecimento do concreto usinado, transporte até o local indicado pela Administração, bombeamento, disponibilização de bomba, mangotes, operador, encargos, tributos, seguros, fretes, deslocamentos, equipamentos, mão de obra necessária à descarga/bombeamento e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

O concreto deverá apresentar abatimento/slump compatível com o bombeamento e com a aplicação pretendida, devendo a faixa de aceitabilidade ser previamente indicada pelo setor técnico responsável, conforme a finalidade de uso e as normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá observar o tempo tecnicamente adequado entre o carregamento, transporte, chegada ao local e descarga do concreto, de modo a preservar suas características técnicas, resistência, trabalhabilidade e qualidade, ficando vedada a entrega de concreto que apresente sinais de início de pega, perda excessiva de abatimento, segregação ou qualquer condição que comprometa sua adequada aplicação.

A contratada responderá integralmente por vícios, defeitos, inconformidades técnicas, falhas no fornecimento, transporte ou bombeamento, devendo substituir ou corrigir, às suas expensas, o objeto recusado ou executado em desacordo com as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar as normas ambientais, de segurança, trânsito, transporte, descarte e operação de equipamentos, bem como adotar medidas necessárias à prevenção de danos ao meio ambiente, aos bens públicos, aos servidores municipais e a terceiros durante o fornecimento, transporte e bombeamento do concreto.

Condições de fornecimento, entrega e bombeamento

A contratada deverá apresentar, no momento da entrega, documento de remessa ou equivalente, contendo, sempre que possível, a identificação do traço, volume transportado, horário de

Assinado por 2 pessoas: KALIL DANIER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portaldocapital.tjmg.com.br/verificaservE844-2141-0323-3981 e informe o código E844-2141-0323-3981

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 139

carregamento, local de entrega, identificação do veículo e demais informações necessárias à fiscalização.

Quando necessário, a Administração poderá exigir a realização de controle tecnológico, ensaio de abatimento/slump, moldagem de corpos de prova, apresentação de laudos ou outros procedimentos técnicos destinados à verificação da resistência, qualidade e conformidade do concreto fornecido.

O concreto deverá apresentar condições adequadas de trabalhabilidade, homogeneidade e qualidade, sendo vedada a entrega de material com sinais de início de pega, segregação, perda excessiva de abatimento ou qualquer outra condição que possa comprometer sua aplicação ou desempenho.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, que indicará o local, data, horário estimado, quantidade e demais condições necessárias à entrega.

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo se prazo diverso for expressamente indicado pela Administração, considerando a urgência, a natureza da intervenção e a programação dos serviços.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvadas situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

A entrega deverá ser previamente agendada, considerando as condições de acesso ao local.

Caberá à contratada verificar previamente as condições mínimas de acesso do caminhão betoneira, bomba e demais equipamentos ao local de entrega, comunicando formalmente à Administração eventual impossibilidade técnica ou necessidade de adequação antes da execução do fornecimento.

O bombeamento do concreto será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo a disponibilização de bomba, mangotes, operador, equipamentos, mão de obra e demais meios necessários à descarga do concreto no ponto indicado pela Administração.

O prazo da garantia será aquele previsto na legislação aplicável, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades técnicas identificadas no concreto fornecido.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

A Prefeitura Municipal **não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos**

Assinado por 2 pessoas: KALLL DAHER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código E544-2141-0323-0681

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 138

veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Prestação de Serviços

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 17 de agosto de 2026.

Municipio Dores do Turvo MG

Kallil Dahier Moreira Cunha - Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHÃES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficialdigital.1doc.com.br/verificacao/E544-2141-0323-0801 e informe o código E544-2141-0323-0801

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO

ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000

RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.

licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 139

CONCRETOS SAO JORGE LTDA

HUGO MIRANDA MAGALHÃES - Representante

Testemunhas:

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

Assinado por 2 pessoas: KAIUE BAHIER MOREIRA CUNHA e HUGO MIRANDA MAGALHAES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://lotland.gbl.ldoc.com.br/verificacao/E544-2141-D323-9881 e informe o código E544-2141-D323-9881

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E544-2141-D323-0681

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 17/08/2026 09:31:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✔ HUGO MIRANDA MAGALHAES (CPF 065.XXX.XXX-50) em 18/08/2026 09:32:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/E544-2141-D323-0681